

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Manuela Ferreira Leite apresenta propostas de resposta à situação de crise económica e de emprego



Destaques:

Chegou a hora! “Fórum Portugal de Verdade”, entre Fevereiro e Maio

Leia em “Actividades da Presidência”

“Resultados péssimos na economia portuguesa - um dos piores da União Europeia!”

Em “Actividades do PSD”

«...estou bastante deprimida porque /.../ vivo num país com este 1º ministro e tudo o resto...»

Em “Cartas dos Leitores»



Manuela Ferreira Leite apresenta hoje propostas de resposta à situação de crise económica e de emprego

A presidente do PSD apresenta hoje propostas de resposta à situação económica e de apoio ao emprego que constituem um programa centrado nas pequenas e médias empresas, disse à agência Lusa uma fonte social-democrata.

O programa, que retoma e desenvolve medidas apresentadas pelo PSD durante o debate orçamental mas é composto sobretudo por propostas novas, vai ser apresentado em Setúbal, perante elementos do sector empresarial e dos sindicatos, adiantou a mesma fonte.

A presidente do PSD vai apresentar dezenas de propostas de aplicação imediata mas com duração de médio prazo, que se centram nas pequenas e médias empresas por serem as responsáveis pela maioria do emprego em Portugal.

Antes, na terça-feira, Manuela Ferreira Leite reuniu com empresários na sede nacional do PSD, em Lisboa e ainda com as centrais sindicais UGT e CGTP.

Falando à Informação, a Presidente social-democrata afirmou que as medidas defendidas pelo seu partido fazem parte de “uma visão global, coesa” e “não são medidas desgarradas”.

A presidente do PSD defendeu ue “o Governo não está a agir” e que “não se vê absolutamente nenhum efeito” das medidas anunciadas para melhorar a situação “grave” do país.

Manuela Ferreira Leite disse que quis ouvir as centrais sindicais “no sentido de fazer uma análise profunda sobre a situação grave em que o país se encontra”.

“Estamos a ver muito pouca acção por parte do Governo. Há muitos anúncios mas não está a haver acção. O Governo não está a agir”, defendeu, argumentando que se o executivo estivesse a agir haveria efeitos visíveis e “ainda não se vê absolutamente nenhum efeito”.

A presidente do PSD manifestou apoio à “intervenção na área escolar, na área dos hospitais, na reabilitação urbana, na reabilitação do património”, que na sua opinião dinamiza as pequenas e médias empresas e favorece a criação de



emprego, porque esses trabalhos “estão ao alcance e dinamizam as médias e pequenas empresas. Os grandes trabalhos, esses, elas não chegam lá...”.

“São medidas muito úteis, já as tenho visto anunciadas mas ainda não vi nenhuma concretizada”, criticou, em seguida.

De acordo com a presidente do PSD, “o investimento do Estado é positivo,

desde que não tenha uma componente de importação significativa e desde que sejam pequenas intervenções”.

Questionada sobre a sua disponibilidade para um consenso entre PSD e PS em relação às medidas a adoptar para responder à situação económica e social do país, Manuela Ferreira Leite remeteu a questão para o Governo, recordando que as propostas apresentadas pela sua direcção foram “todas recusadas” pelos socialistas.

Recebida entusiasticamente em Coimbra, a líder social-democrata acusa o Governo de ter um “discurso que subentende uma luta de classes” muito perigosa em tempo de crise

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, acusou hoje o Governo de ter um “discurso que subentende uma luta de classes”, que considera “muito perigoso” em tempo de crise.

“O Governo ainda não percebeu que este tipo de discurso, que subentende uma luta de classes à maneira socialista, é muito perigoso numa altura de crise”, disse.

O PS, segundo Manuela Ferreira Lei-

te, “parece, no seu desnorte, estar agora contagiado por essa tática de disparar em todas as direcções medidas desgarradas, incoerentes e inconsequentes, quando não perigosas”.

A líder social-democrata criticou, designadamente, “a atitude de hostilização das diferentes classes sociais, absolutamente contrária à tão necessária solidez e mobilização das energias de todos os portugueses”.

“Num momento em que a confiança é a pedra de toque da reconstrução do País, nada pior para minar essa confiança do que esta atitude irresponsável”, disse.

A presidente do PSD pronunciou estas palavras num jantar-comício, que congregou quase 1.500 pessoas no pavilhão do União de Coimbra.

O “mais recente exemplo” dessa atitude alegadamente irresponsável do Governo foi “anunciar a intenção de aliviar a carga fiscal de uns e o agravamento de outros - os ricos - como se isso significasse redistribuição de rendimentos e como se essa medida tivesse qualquer efeito prático”.

“Qualquer partido que não pensa vir a governar não teria feito melhor”, disse ironicamente Manuela Ferreira Leite.

Considerando que “o mais grave é a nova moda de aproveitar este tipo de anúncios para dividir os portugueses entre ricos e pobres”, advertiu que o Governo, caso viesse a concretizar desta medida, “não iria redistribuir rendimentos mas iria criar muita crispação na sociedade”.

Manuela Ferreira Leite defendeu que o Executivo de José Sócrates, se quisesse “dar perspectivas de uma vida” aos pobres e “novos pobres”, “não poderia afugentar aqueles que ainda confiam que podem investir em Portugal”.

“É com esta atitudes que vai criar mais riqueza?” - questionou.

O PSD “é a única esperança dos portugueses e nós não os podemos desiludir”, frisou a presidente do partido.

“Fórum Portugal de Verdade”, entre Fevereiro e Maio

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, anunciou na semana passada, o lançamento do “Fórum Portugal de Verdade”, a realizar entre Fevereiro e Maio, com sessões nas capitais de distrito sobre temas como empresas, saúde e desemprego.

A iniciativa da direcção do PSD, cuja primeira sessão será em Braga, foi anunciada em conferência de imprensa na sede do partido, onde Manuela Ferreira Leite discursou perante um novo cenário, de fundo branco, com a expressão “Fórum Portugal de Verdade” inscrita em letras cinza e laranja.

“Este é um momento decisivo para que os portugueses e os partidos demonstrem que há outros caminhos que podem





ser verdadeiras alternativas e que essas alternativas são viáveis e que têm toda a capacidade para nos conduzir com confiança a um futuro melhor”, declarou a presidente do PSD, acrescentando que é com essa ambição que é lançado o “Fórum Portugal de Verdade”.

Manuela Ferreira Leite descreveu a iniciativa como um “fórum que será aberto a todos os protagonistas, à diversidade de pensamento, à opinião livre, a soluções inovadoras e de ruptura, um fórum que saberá acolher contributos daqueles que estão no terreno e que conhecem os portugueses”.

Na sua declaração sem direito a perguntas dos jornalistas, a presidente do PSD disse ainda que o “Fórum Portugal de Verdade” será “um fórum da verdade e da confiança, onde os reais problemas e anseios das pessoas não sejam iludidos e ignorados, um fórum real onde não entra a política do virtual, do espectáculo e dos efeitos especiais”.

A líder do PSD referiu que este Fórum “ultrapassará as paredes dos auditórios onde se realizarão as suas sessões”, estando abertos a “todos aqueles que se encontram ligados em rede”.

Na assistência estavam, além dos jornalistas, membros da Comissão Política Nacional do PSD e outros dirigentes do partido, sentados nas primeiras filas da sala.

Como objectivos para o país, Manuela Ferreira Leite apontou a coesão social e económica, “uma verdadeira igualdade de oportunidades para todos, em que o Estado não atrofie a livre iniciativa de quem é dinâmico e empreendedor” e a valorização do mérito e da responsabilidade.

A presidente do PSD afirmou ainda a vontade de que “sejam recuperados os valores da ética nas empresas, na sociedade e na política” em Portugal.

Segundo Manuela Ferreira Leite, o Governo alimentou um “jogo de mentira” negando a crise internacional e as medidas que apresentou para lhe fazer face “são avulsas, fora de tempo e erradas na direcção”.

“O PSD não aceita que esta situação seja uma fatalidade”, disse, defendendo que com outras políticas é possível “ultrapassar o actual estado de coisas e construir alicerces sólidos e sérios a deixar às novas gerações”.

Manuela Ferreira Leite adiantou, quanto ao “Fórum Portugal de Verdade”, que “estão desde já previstas sessões sobre pequenas e médias empresas, sobre saúde, desemprego, justiça e segurança, desigualdades no país, educação e sobre velhos e novos pobres”.

“Contamos com todos aqueles - e são muitos - que como nós acreditam e querem construir um Portugal melhor”, concluiu.

A primeira sessão, em Braga, sobre pequenas e médias empresas, está marcada para o dia 26 deste mês. A sessão sobre saúde será no dia 5 de Março e a sessão sobre desemprego está agendada para 12 de Março.

O “Fórum Portugal de Verdade” terá como coordenador executivo o advogado Paulo Cutileiro Correia, ex-vereador da Câmara Municipal do Porto, de 35 anos.

A documentação distribuída aos jornalistas apresenta o fórum como uma iniciativa que pretende apresentar “alternativas de diagnóstico, alternativas



de políticas, alternativas de soluções” e “alternativas de protagonistas”.

O Fórum Portugal de Verdade é uma iniciativa que passará pela realização, entre Fevereiro e Maio, de um conjunto de sessões, que terão lugar em várias capitais de distrito.

O Fórum Portugal de Verdade abordará, de uma forma transversal, os verdadeiros problemas que estão na preocupação dos portugueses e, naturalmente, pretende-se aberto a todos os protagonistas, à diversidade de pensamento, à opinião livre, a soluções inovadoras e de ruptura.

O Fórum Portugal de Verdade será um ponto de encontro do país real, verdadeiro, das instituições, dos trabalhadores, dos empresários, dos desempregados, das famílias, dos jovens, dos idosos e de todos aqueles que são ignorados pelo governo socialista.

O Fórum Portugal de Verdade ultrapassará as paredes dos auditórios onde se realizarão as suas sessões, indo ao encontro da opinião e das propostas das comunidades que se encontrem ligadas em rede.

Ao contrário do que o governo nos tem habituado, camuflando a realidade, para o PSD a única saída para Portugal é enveredar pelo o caminho da Verdade. E o símbolo criado para o Fórum Portugal de Verdade ilustra com clareza este posicionamento do PSD face à profunda crise económica e moral em que o país mergulhou.

Em suma, o Fórum Portugal de Verdade será um espaço de compromisso do PSD com a verdade, com o país e com os portugueses.

As faixas gráficas do símbolo representam um caminho que combina a motivação laranja do partido com o verde da esperança de dias melhores para os portugueses. Um caminho que nos aponta para uma único sentido: o da verdade.

O “V” da Vitória, que mais do que um gesto é um símbolo com história no PSD, conjugado com o V da Verdade transmite a ideia base da identidade do Fórum com a certeza de que só a verdade nos levará

a vitória e que só a vitória do PSD levará o país a vencer os tempos difíceis que vivemos.

Este é o momento decisivo para que os portugueses, e também os partidos, demonstrem que há alternativas e que podem verdadeiramente ser alternativa. Alternativas de diagnóstico. Alternativas de políticas. Alternativas de soluções. Alternativas de protagonistas.

Chegou a hora da Verdade.

Sessões já agendadas do Fórum Portugal de Verdade:

- I – PME's no centro da política económica**
- II – Saúde: cuidados de saúde para todos**
- III – Desemprego: o drama social**
- IV – Justiça/Segurança: celeridade, certeza e credibilidade, uma trilogia impossível?**
- V – Desigualdades no país: abandono do interior vs. oportunidade do interior**
- VI – Educação: pela exigência, o mérito e o direito de escolha**
- VII – Velhos e novos pobres: solidariedade a quem precisa.**





“Resultados péssimos na economia portuguesa - um dos piores da União Europeia!”

O PSD assinalou, na sexta-feira, que os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que Portugal teve “um dos piores resultados da União Europeia (UE)” em termos de crescimento económico e responsabilizou o Governo socialista.

O PSD defendeu que se as suas propostas tivessem sido aceites “os efeitos da crise seriam bastante menores” e acusou o Governo de mentir aos portugueses sobre a situação económica do país.

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, o deputado do PSD Miguel Frasquilho sustentou que os dados hoje divulgados pelo INE “provam uma realidade terrível que se está a viver em Portugal e provam também a dimensão da mentira que o Governo tem vindo a encenar para a população portuguesa”.

“Certamente estes dados não são alheios à crise internacional que se está a viver mas, quando a economia decresce dois por cento face ao trimestre anterior e em termos homólogos 2,1 por cento, estamos a falar de um dos piores resultados da União Europeia e portanto isto também tem a ver com factores internos que não têm sido devidamente combatidos pelo Governo socialista durante estes quatro anos”, acrescentou.

De acordo com o social-democrata, Portugal teve “um dos piores registos do crescimento europeu, que vai ter certamente impacto ao nível social, ao nível do desemprego, que será ainda mais elevado do que aquilo que já se esperava”.

Miguel Frasquilho defendeu que o Governo socialista “tem um modelo que está perfeitamente esgotado, não tem tido as políticas certas” e que se tivesse aceite as propostas do PSD “os efeitos da crise seriam bastante menores”.

“Esta realidade não era uma fatalidade, existe outro modelo de desenvolvimento, existem outras políticas”, reforçou.

Por outro lado, o deputado do PSD insistiu que o Governo tem procurado iludir a situação económica e “vai a rebo-



que dos acontecimentos”, dizendo que “o desfasamento do Governo em relação à realidade acaba por ser totalmente visível agora” com os dados do INE.

“Estes dados são relativos ao período de Outubro a Dezembro. Foi nessa altura que o primeiro-ministro se referiu às projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI), que previa um crescimento de 0,1 por cento, como sendo perfeitamente irrealistas”, referiu, considerando que “o Orçamento Rectificativo aprovado pelo Parlamento na semana passada já ele próprio está desactualizado”.

Segundo os dados hoje divulgados pelo INE, a economia portuguesa decresceu dois por cento no quarto trimestre do ano passado, face ao trimestre anterior, em que já tinha decrescido, e terminou 2008 em recessão técnica.

Ainda de acordo com o INE, no conjunto do ano passado o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) português fixou-se nos zero por cento – estagnação – depois de ter crescido 1,9 por cento em 2007. - Fontes: PL, DN, TSF

PSD apoiará uma nova audição de Dias Loureiro sobre o BPN

O PSD apoiará uma nova audição de Dias Loureiro na comissão de inquérito sobre o BPN, que deverá ser requerida face às contradições entre o seu primeiro depoimento e documentação vinda entretanto a público, garantiu hoje Paulo Rangel.

Afirmando que, desde o início, o PSD está “sempre disponível para todos os esclarecimentos que, no âmbito da

comissão de inquérito for necessário dar”, Paulo Rangel disse que “se for necessário dar três vezes, o PSD apoiará três vezes os esclarecimentos”.

“Do PSD contarão sempre, todos os senhores deputados que integram a comissão de inquérito, com a maior colaboração e disponibilidade para o trabalho desta mesma comissão”, completou.

Em causa está uma notícia do Expresso - que fez manchetes com o título “Dias Loureiro mentiu à Comissão de Inquérito” -, na qual o semanário “revela contrato negociado com veículo de investimento que ex-ministro negou conhecer no Parlamento”, acrescentando que o conselheiro de Estado “afirma que não faltou à verdade, apenas relatou o que se lembra e que os deputados ponderam voltar a ouvi-lo.

O próprio Dias Loureiro já revelou entretanto que telefonou à presidente da comissão, Maria de Belém Roseira, tendo-lhe deixado uma mensagem a manifestar a sua “total disponibilidade” para voltar a ser ouvido pelos deputados. - Lusa

Rangel vai requerer audição do Ministro da Presidência, sobre o caso da “Secreta”

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, disse na terça-feira em Bruxelas que vai requerer a audição do ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, para esclarecer a questão das listas de elementos dos serviços secretos militares.

Paulo Rangel justificou o requerimento com o facto de se tratar de uma “maté-

ria extremamente delicada e grave”, que deve ser esclarecida pelo ministro e não pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, acrescentando que as declarações prestadas por Jorge Lação “não esclareceram nada”.

Jorge Lação negou sábado a existência de acesso indiscriminado à lista com a identificação de elementos dos serviços secretos militares no sistema informático, embora admitindo que “a situação é delicada e exige apuramento de responsabilidades”.

Segundo o secretário de Estado, “não é verdade que a lista contendo nomes de elementos de um serviço de informações estaria a circular de forma aberta, acessível e indiscriminada porque a lista terá entrado num sistema de acesso restrito” a apenas alguns funcionários.

Segundo o jornal Público, a situação foi criada depois de o director-geral dos Serviços de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), Jorge Silva Carvalho, ter feito um pedido “não classificado”, em Agosto de 2008, à Presidência do Conselho de Ministros de cartões de livre-trânsito para todos os dirigentes daquela “secretaria”.

Essas identificações acabaram por ser emitidas pelo secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), Júlio Pereira.

Paulo Rangel, que se encontra hoje em Bruxelas para participar numa reunião de líderes parlamentares do Partido Popular Europeu (PPE), apontou que há várias questões por explicar, desde os livres-trânsito ao facto de um serviço de informações ter pedido à Presidência do





Conselho de Ministros “uma coisa que a Presidência do Conselho não lhe podia dar”, por não ser a entidade própria, algo que deveria ser do conhecimento dos serviços de informação.

Por isso mesmo, o PSD também vai questionar o Conselho de Fiscalização do SIRP, presidido pelo deputado Marques Junior, e se este não der esclarecimentos suficientes, os sociais-democratas admitem chamar o director do SIRP, indicou ainda Paulo Rangel.

“O PSD está extremamente preocupado com questões altamente sensíveis para o Estado de Direito”, sublinhou. - Fonte: Lusa

Parlamento aprova resoluções do PSD que recomendam aproveitamento dos recursos hidroeléctricos, da biomassa agrícola e a promoção da eficiência energética

O Parlamento aprovou três projectos de resolução do PSD que recomendam ao Governo aproveitamento dos recursos hidroeléctricos, da biomassa agrícola e a promoção da eficiência energética.

Os projectos de resolução do PSD foram aprovados com os votos favoráveis do PS, CDS-PP, PCP e “Os Verdes”.



O Bloco de Esquerda (BE) absteve-se em relação aos projectos sobre aproveitamento dos recursos hidroeléctricos e da biomassa agrícola e votou a favor do projecto que recomenda a promoção da eficiência energética da arquitectura bioclimática nos edifícios, aprovado por unanimidade.

Também o projecto de resolução do CDS-PP sobre planos energéticos municipais obteve os votos favoráveis de toda a oposição, mas foi chumbado pela maioria parlamentar do PS. - GP/PSD

PSD quer ver todos os “contratos públicos” relativos ao alargamento do terminal de contentores de Alcântara

O grupo parlamentar do PSD vai entregar um requerimento ao presidente da Assembleia da República a solicitar que o Governo disponibilize todos os “contratos públicos” relativos ao alargamento do terminal de contentores de Alcântara.

A informação foi avançada hoje à agência Lusa pelo deputado social-democrata Luís Rodrigues, porta-voz do grupo parlamentar do PSD sobre aquela matéria e um dos elementos do movimento cívico “Lisboa é dos cidadãos. Mais contentores não”, que contesta a obra.

O deputado social-democrata acrescentou que a iniciativa surge na sequência de dois requerimentos apresentados pelo grupo parlamentar do PSD ao Executivo, que “continuam sem resposta”.

Trata-se dos requerimentos em que o PSD solicitava o memorando de entendimento entre o concessionário e o Governo e o do contrato assinado entre ambos, datados de Junho e Novembro de 2008, referiu.

Para o deputado social-democrata, a ausência de resposta do Governo constitui uma “continuada falta de respeito pela Assembleia da República”, um “sonegar de informação” e “impede que os deputados exerçam o seu dever de fiscalização dos actos do Executivo”.

A decisão do grupo parlamentar do PSD surge um dia depois de a concessionária do alargamento do terminal de contentores de Alcântara, a Liscont, ter anunciado que decidiu pedir a dispensa da classificação de projecto de Potencial

Interesse Nacional (PIN) da obra de alargamento do terminal.

O deputado social-democrata escusou-se a comentar esta decisão da Liscont, sublinhando porém que a “grande urgência que o Governo tinha em ampliar a capacidade daquele terminal de contentores se revelou um “flop’ e uma mentira completa”.

“A ocupação do terminal de contentores em 2008 foi inferior à de 2002 e com a saída das duas linhas transoceânicas que estavam a escalar Lisboa prevê-se que em 2009 a taxa de ocupação seja reduzida a 50 por cento da sua capacidade”, concluiu. - Gab. Imp. GP/PSD

Candidatos às Câmaras não serão candidatos a Deputados e vice-versa

Castro Almeida, coordenador autárquico e vice-presidente do PSD, garantiu que “quem for candidato a presidente de câmara não será candidato a deputado” ou vice-versa, porque “seria defraudar o eleitorado”.

O autarca de São João da Madeira falava no início de uma tertúlia sobre “A estratégia autárquica do PSD”, a decorrer na sede da Associação Empresarial de Portugal, Porto, salientando que “não é possível fazer o lugar de presidente de câmara sem ser em exclusividade”.

“Não faz sentido que alguém se apresente ao mesmo tempo para dois lugares incompatíveis entre si, quando o mandato começa e termina na mesma altura”, destacou.

Castro Almeida referiu ainda que no processo de escolha de candidatos para as próximas autárquicas, “o PSD vai valorizar um perfil de autarca que assume as autarquias locais como agentes de desenvolvimento social e económico”.

A “atenção especial à área social, o apoio aos que forem vítimas acentuadas da crise” será a “marca dos autarcas do PSD”, destacou, não querendo avançar com qualquer novo nome.

Actualmente, o PSD tem já escolhidos “mais de 200 nomes” para candidatos às autarquias do continente, o que se traduz em “cerca de 70 por cento” de escolhas que deixam Castro Almeida “muito satisfeito”.

Quanto a possíveis coligações feitas entre o PSD e o CDS, o vice-presidente social-democrata explicou que “não vai haver nenhuma coligação imposta a nível nacional, nem há uma orientação nacional em matéria de coligações”.

“Quando duas estruturas locais entenderem que é vantajoso para a sua população avançar em coligação, propõem à direcção distrital, que propõe à nacional e nós vamos, em princípio, aceitar as propostas que vierem de baixo para cima”, referiu. - Gab. Imp. PSD

PSD e PCP acusam Governo de segundas intenções quanto aos “chips” nas matrículas automóveis

PSD e o PCP acusaram o Governo de pretender atingir com o dispositivo electrónico de matrícula (DEM), vulgarmente designado por “chip”, “outros objectivos” que não passam pela segurança rodoviária.

Inicialmente o Governo fez “uma tentativa em associar o chip à segurança rodoviária, mas não tem nada a ver uma coisa com a outra”, disse o deputado social-democrata Fernando Santos Pereira, na conferência pública sobre a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária até 2015, hoje em discussão no parlamento.

O Governo aprovou na semana passada a instalação obrigatória de um dispositivo electrónico de matrícula em todos os veículos motorizados, sistema que, segundo a Secretaria de Estado das Obras Públicas, nos primeiros tempos se destina apenas à cobrança electrónica de portagens.

Quando foi discutida no parlamento, a proposta do Governo incluía, além da cobrança de portagens, a fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e das inspecções periódicas, identificação de veículos acidentados, abandonados ou roubados e seguros.

O deputado do PSD sublinhou que o “chip nada tem a ver com a segurança rodoviária” e os automobilistas são “obrigados a comprar um equipamento que apenas serve para ver se o seguro está em dia ou se o Imposto de Selo está pago”.

Fernando Santos Pereira colocou ainda “sérias dúvidas” sobre a constitucionalidade do diploma aprovado pelo Governo.

Também o deputado do Partido Comunista Português Bruno Dias manifestou reservas quanto “à salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos”.

“Há uma preocupação não apenas em garantir o direito dos cidadãos, mas também em incluir outro tipo de utilizações que nada tem a ver com a segurança rodoviária”, mas sim com “outro tipo de negócios”, disse Bruno Dias.

Confrontado com as críticas, o secretário de Estado da Protecção Civil, José Miguel Medeiros, disse que aos jornalistas que o dispositivo electrónico de matrícula “não põe em causa os direitos, liberdades e garantias das pessoas”, além de a sua instalação estar relacionada com a segurança rodoviária.

O dispositivo electrónico de matrícula em todos os veículos motorizados será obrigatório e nos primeiros seis meses, a partir da entrada em vigor da portaria regulamentar, é gratuito.

Após este período, o equipamento deverá ter um custo na ordem dos dez euros, pago apenas quando se adquire o sistema. - Fonte: Lusa



Deputado Mendes Bota sobre Violência Doméstica, em Plenário

Sr. Presidente, Senhores membros do Governo Senhoras Deputadas, Senhores Deputados: a Proposta de Lei nº 2488847/X, é um passo muito positivo para a sistematização jurídica de um fenómeno disperso por múltiplas fontes normativas. Destacamos aquilo que nos parece essencial nesta vontade legislativa do executivo.

- Desde logo, a definição de um estatuto de vítima do crime de violência doméstica.

- O propósito de tornar mais céleres os processos de apoio às vítimas de violência doméstica e de sancionamento dos agressores.

- O colmatar de uma clara e provada insuficiência do Código de Processo Penal saído da revisão de 2007, em matéria de detenção fora de flagrante delito.

- Um reforço dos mecanismos de protecção das vítimas em matéria laboral e de habitação.

Não é, todavia, um documento isento de reparos, quer de natureza sistemática, quer de natureza pontual. Desde logo, ressalta uma excessiva reprodução ou mesmo duplicação de normas já existentes, e inamovíveis do seu justo lugar, o que torna o articulado desnecessariamente longo.

Acresce que, conhecida a inspiração recolhida por esta proposta em documentos internacionais, não pode passar sem menção o facto de se pretender conferir apenas às vítimas de violência doméstica determinados direitos de que deveriam beneficiar todas as vítimas de violência em geral, sobretudo quando se fala em direitos à protecção, a isenção de pagamentos na Saúde ou a indemnizações, já para não falar do direito à informação ou à garantia de comunicação.

Em sede de discussão na especialidade, esperamos que haja a oportunidade de emagrecer o articulado, demasiado fértil em referências vagas, sem qualquer conteúdo prático e despidas de indicação operativa.

Ao ler-se esta proposta do Governo recolhe-se algum sentimento, de menorização do papel meritório das ONGs, aqui sempre referidas sob o pseudónimo de “organizações de apoio à vítima”, e de uma tendência estatizante do sistema de apoio às vítimas, reservando para a sociedade civil um papel meramente complementar ou coadjuvante da estrutura pública.

Esta tendência, encontra o seu principal reflexo numa abordagem demasiado focalizada na perspectiva processual-penal. A vítima só passa a ser oficialmente considerada como tal, com todos os direitos consagrados no estatuto, a partir do momento em que dá entrada no sistema formal de Justiça, e a vigência desse benefício estatutário cessa, no momento em que se encerra o processo criminal.

Esta circunstância, que carece de esclarecimento, ignora que a necessidade de assistir as vítimas deste tipo de crimes pode começar ainda antes da constitui-



ção do arguido. A protecção imediata, a assistência médica, o apoio psicológico ou emocional, muitas vezes, não podem esperar.

E, da mesma forma, o trânsito em julgado, não significa que as sequelas de um processo de violência continuada não continuem a carecer de assistência muito para lá desta data.

Sem pretender negar o mérito do XVII Governo Constitucional no combate à violência de género, importa referir também o mérito de outros Governos e de outros intérpretes parlamentares de outras legislaturas que, na Assembleia da República, deram início ao combate a esta grave violação dos direitos humanos, designadamente, a partir da aprovação da Lei nº 61/91 de 13 de Agosto, que garantia protecção adequada às vítimas de violência doméstica.

Senhor Presidente, Senhores membros do Governo, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados: aqui chegados, constata-se que esta não é uma lei orgânica, mas a sua importância política ultrapassa os horizontes da mera lei ordinária. Ao pretender definir um regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, e à protecção e assistência das suas vítimas, estranha-se a omissão de alguns conceitos, a começar pelo próprio conceito de violência doméstica que, como se sabe, não se esgota no articulado do nº 1 do artigo 152º do Código Penal.

Pelo articulado adentro, outras interrogações suscitam debate mais aprofundado. A vontade da vítima, por exemplo. Na exposição de motivos, afirma-se que “a vontade da vítima assume uma importância fundamental no escopo da lei”. Mas será essa uma vontade livre, consciente? O Princípio da Autonomia da Vontade, expresso no artigo 7º, que condiciona “a intervenção junto da vítima está limitada ao respeito integral da sua vontade”, será o mais correcto para a defesa da própria vítima? A questão é a de se saber se a vítima está em condições de exercer essa autonomia, com consciência e em plena liberdade, o que frequentemente não se verifica.

Outra situação, tem a ver com a reci-

procidade exigida no Artº 23º, relativo a vítimas residentes em outro Estado. Não nos parece aceitável que em Portugal se trate as vítimas de forma diferente, consoante a nacionalidade e dependente da reciprocidade legislativa. É discriminatório, e desumano. O respeito pelos direitos humanos não pode estar dependente de condições de reciprocidade.

Outro aspecto, prende-se com o estipulado no artigo 30º, relativo à denúncia do crime. Não pode haver denunciante anónimos? Está-se a reduzir a capacidade de mobilização da vizinhança, que não quer arranjar problemas futuros para si própria.

Por outro lado, não faz qualquer sentido fazer depender a utilização de meios técnicos de controlo à distância, do consentimento do arguido ou do agente.

O encontro restaurativo, previsto no artº 41º suscita-nos muitas dúvidas, sobre a necessidade deste tipo de diligência, na presença de um mediador penal. Refira-se que a violência doméstica, é um crime público, e não está abrangido nas medidas de mediação previstas na Lei nº 21/2007. É um terreno movediço que pode criar expectativas de reconciliação, como se fora possível passar uma esponja sobre todo um passado de violência doméstica.

Sobre o artigo 55º, relativo à rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, seria importante que esta tivesse objectivos quantitativos. A título de exemplo diremos que o Conselho da Europa aponta como número de referência para as casas de abrigo, um lugar por cada 7.500 habitantes.

Mas, aliás, e a este propósito, importa não ignorar que existe um percurso alternativo à rede institucional. A experiência mostra que é ínfimo o número de vítimas de violência doméstica, que opta ou beneficia das casas de abrigo como forma de um novo começo para as suas vidas, como primeira etapa de um restabelecimento domiciliário.

Essas vítimas, sobretudo mulheres, com os seus filhos, vão por um percurso alternativo, em comunidades de amigos ou familiares, muitas vezes longe da sua área de origem. Mas é um percurso mais isolado, mais difícil na luta quotidiana pela autonomia económica, pela liberdade individual, mas não deixam de merecer, pela sua coragem e pelas dificuldades acrescidas que enfrentam, o apoio do Estado, em moldes similares ao de que beneficiam as vítimas utentes das casas de abrigo.

Senhor Presidente, Senhores membros do Governo, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados: o Projecto de Lei nº 578/X, do CDS-PP, e o Projecto de Lei nº 587/X, do Bloco de Esquerda, propõem alterações cirúrgicas ao Código Penal, no sentido de reforçar as medidas de protecção das vítimas de violência doméstica, e como tal merecem juntar-se a outras que aguardam em sede de comissão pelo sinal

verde da discussão.

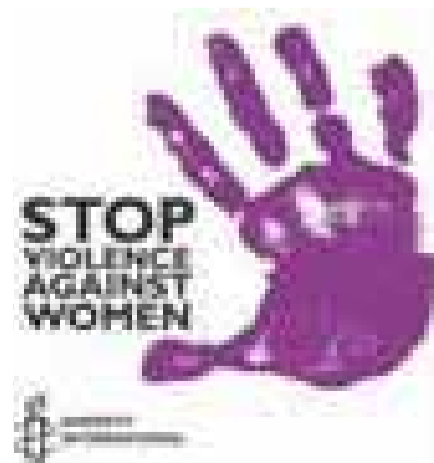
Sobre o Projecto de Lei nº 657/X, do PCP, dir-se-á que tendo respeitáveis diagnósticos, e legítimas propostas, peca, a nosso ver, por concentrar na totalidade o seu objecto, nas vítimas do sexo feminino, deixando de fora a franja, mesmo que minoritária, de homens de todas as idades, que também são vítimas de violência doméstica. Também há homens vítimas de tráfico e vítimas da prostituição. E que têm direito a protecção e apoio. Sendo um facto inegável que a grande maioria das vítimas são mulheres, este projecto de lei alarga o âmbito da tipologia da violência, mas estreita o horizonte das vítimas, o que nos parece uma clara violação do Princípio da Igualdade. Aliás, será justo referir que o nº 3 do Artº 62ª da Proposta do Governo, relativo às casas de abrigo, prevê o acolhimento “de outras vítimas de violência de género, quer em resultado da prática do crime de tráfico de pessoas, quer por efeito de outras formas de discriminação em função da orientação sexual.

A finalizar, dir-se-á que não transparece no articulado proposto, qualquer medida que vise uma maior sensibilização dos homens para este fenómeno, e um seu maior envolvimento nas acções preventivas e de mobilização da sociedade, atento o facto inequívoco de ser do género masculino a esmagadora maioria dos perpetradores deste tipo de crime violento.

Por outro lado, deveria incluir-se um mecanismo parlamentar de monitorização da aplicação do quadro legal da violência doméstica. A AR é o órgão fiscalizador por excelência do cumprimento das leis pelo Governo.

Caras colegas e caros colegas. O combate ao flagelo da violência doméstica, tem encontrado eco nesta Assembleia, e existe aqui uma plataforma de consenso no essencial, e uma disponibilidade para discutir o particular. Propositadamente, não referi estatísticas, não agitei os números da desgraça. Porque todos os conhecemos de cor. Sobre esta vergonha colectiva que se abate sobre nós. Esta necrologia quotidiana, e esta cicatriz incurável de sofrimento que nos traz a violência doméstica. Sobre este traço negro que todos temos o dever de apagar.

- José Mendes Bota





Intervenção do Deputado Miguel Almeida

Assembleia da República, 13 de Fevereiro de 2009

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

No momento em que decorre a III Semana da Energia Sustentável da União Europeia, que tem como finalidade a sensibilização de todos os cidadãos e demais entidades a trabalharem em conjunto em nome de um objectivo comum, o PSD pretende com estas propostas e com este debate contribuir de forma muito clara para esse objectivo. Um Mundo mais Sustentável!

As questões energéticas e, designadamente, as opções estratégicas em termos nacionais e internacionais atingiram, nos nossos dias, uma acuidade e uma relevância redobrada.

As opções estratégicas que Portugal adoptar agora para o sector, são decisivas para o futuro Económico e Ambiental do País.

São vários os caminhos que podem ser trilhados. São várias as opções que podem ser tomadas. Mas o que ninguém perceberá é que numa matéria que todos reconhecem que hoje, mais do que nunca, marca a agenda política e económica do mundo inteiro, não se faça o tudo o que está ao nosso alcance.

Portugal continua, ainda hoje, a depender em cerca de 80% a 90% da energia que importa, enquanto o consumo interno de energia eléctrica tem vindo a crescer, na última década, a uma média anual que tem rondado os 5% a 6%, com particular incidência nos sectores dos serviços e residencial.

No entanto a União Europeia estabeleceu, para Portugal, que 39% da produção de energia deve ser proveniente de recursos renováveis, já em 2010. Ainda assim, Portugal foi mais longe ao assumir metas ainda mais ambiciosas em matéria de energias de fonte renovável no quadro da Estratégia Nacional Para a Energia.

Ora, estando já nós no início de 2009, fácil se torne perceber que é impossível cumprir as metas definidas se não tomarmos medidas muito concretas e urgentes no lado da procura, ao mesmo tempo que não desperdiçamos nenhuma fonte renovável à nossa disposição.

No caso da energia hídrica, o País regista ainda um fraco nível de utilização da disponibilidade hídrica (56%), devido a um fraquíssimo investimento realizado ao longo das últimas décadas. Não obstante o facto da tecnologia da produção de energia de fonte hídrica ser dominada em Portugal, bem como ser já bastante conhecido o património hídrico nacional.

Partindo dos cerca de 5.000 MW de potência hidroeléctrica instalada actualmente, o Governo fixou como objectivo atingir-se 7000 MW de potência instalada no ano 2020. Estes grandes objectivos e projectos assentam, contudo, essencialmente sobre grandes barragens.

No entanto, importa não esquecer o aproveitamento do enorme potencial que podemos obter com as mini-hídricas.

Embora não seja fácil fazê-lo, há estimativas para uma capacidade de potencial hidroeléctrico explorável, em sistemas de mini-hídrica, situado nos 1000 MW, sendo que uma potência de 500-600 MW é passível de concretização num médio prazo.

Salienta-se que nos últimos anos a potência instalada em centrais mini-hídricas tem crescido muito lentamente, o que fica patente quando se comparam os valores de 571 MW no final de 2007 por exemplo com os 519 MW de final de 2003, o que mostra que neste período de 5 anos o crescimento foi de cerca de 50 MW, traduzindo um acréscimo médio anual de apenas 1,9% ao ano.

Assim, propomos que a Assembleia da República recomende ao governo a agilização do processo de licenciamento de PCH, a elaboração e a divulgação de um mapeamento nacional das potencialidades de aproveitamentos energéticos a partir destas centrais.

Que se complemente o Programa Nacional de Barragens com a fixação de objectivos indicativos em matéria de PCH, de forma a fornecer um quadro de oportunidades para todos os agentes potencialmente interessados, e por fim a atribuição à remuneração da energia assim produzida com um coeficiente “Z”, compatível com os custos associados à produção devendo este coeficiente variar de acordo com os escalões de potência.

Quanto ao Projecto de Resolução sobre a biomassa agrícola importa referir que esta biomassa residual resultante da actividade agrícola ou agro-industrial constitui actualmente, em alguns casos, um problema quanto à sua gestão, apresentando simultaneamente um potencial em termos de utilização energética. Neste sentido, a sua valorização pelo aproveitamento energético pode constituir um forte contributo para a resolução do problema ambiental e simultaneamente gerar um rendimento suplementar à actividade agrícola e às populações que dela dependem.

De igual modo, o seu aproveitamento ao nível das centrais de biomassa florestal ou das instalações de co-combustão pode servir de complemento em termos de abastecimento de matéria-prima, permitindo a diversificação dos fluxos de abastecimento, sobretudo em alturas críticas.

No entanto, constata-se, também neste caso, que a falta de previsão de valores remuneratórios minimamente atractivos condiciona possíveis investimentos para o aproveitamento energético destes produtos e substâncias os quais, todavia, podem assumir uma significativa relevância para o balanço energético nacional.

Neste sentido, preconiza-se como desejável a alteração dos critérios remuneratórios, nos mesmos termos do que já defendi para as mini-hídricas.

Para além do mais, a adopção desta medida constituirá um factor dinamizador da agricultura nacional, pelo financiamento indirecto que vem propiciar aos



agricultores, resolvendo, por outro lado, problemas ambientais resultantes do vazamento dos resíduos provenientes das indústrias agrícolas.

Mas apresentamos também hoje um Projecto de Resolução no sentido da inclusão nos curricula oficiais do Ensino das técnicas, tecnologias e melhores práticas disponíveis para a obtenção da máxima Eficiência Energética nos edifícios, incluindo as matérias respeitantes à Arquitectura Bioclimática.

Os edifícios representam em Portugal cerca de 30% dos consumos energéticos e de 60% dos consumos eléctricos, sendo o sector imobiliário o segundo maior emissor de CO₂ no País.

As múltiplas e eficazes soluções técnicas e tecnológicas já hoje em dia disponíveis no mercado para uma utilização crescente de recursos naturais renováveis para fins energéticos, associadas à recente aprovação da legislação relativa à micro-geração, vêm, no seu conjunto, propiciar o alcance de significativas reduções dos consumos energéticos nos nossos edifícios.

A arquitectura bioclimática intervém e interage, primordialmente, com as questões da iluminação e da ventilação natural.

O nosso País dispõe, para mais, de condições naturais, geográficas e climáticas, quase únicas para um aproveitamento muito significativo do potencial de Eficiência Energética pelo conjunto do edificado nacional.

Pensa-se, por isso, que se torna indispensável criar as condições, no nosso País, para a implementação da Arquitectura Bioclimática, com vista à obtenção da máxima Eficiência Energética nos edifícios e, consequentemente com uma expressiva redução da nossa factura energética.

Quanto ao Projecto de Resolução do CDS/PP, entendemos importante obter o mais possível o envolvimento das autarquias locais na implementação das políticas que conduzam a uma Utilização Racional da Energia e à introdução progressiva, no dia-a-dia dos cidadãos e das comunidades por eles constituídas, de critérios de Eficiência Energética.

Para mais, constituindo – como é do conhecimento geral – os sectores da construção e dos transportes os mais energívo-

ros actualmente no panorama nacional, fácil se torna compreender que, em função das competências das autarquias locais, designadamente em matéria de planeamento e de licenciamento urbano, de ambiente e de ordenamento do território, o seu papel será decisivo, para o alcance das metas a que, tanto por imperativos comunitários, como internacionais e nacionais, o nosso País hoje se propõe atingir.

Portugal já vem desenvolvendo, felizmente, desde há uns anos a prática da criação e do desenvolvimento de estruturas locais e intermunicipais – as denominadas agências para a Energia – dedicadas à implementação e à intensificação da Utilização Racional da Energia e à promoção da Eficiência Energética nos respectivos territórios. A quase totalidade destas estruturas é de “geração espontânea”, o que denuncia positivamente o crescente interesse do Poder local em deter um papel activo nestas temáticas.

A iniciativa que aqui apreciamos agora, nesta Câmara, para a criação de uma Comissão Multidisciplinar para “apoiar, dinamizar e incrementar as análises técnico-económicas, bem como as planificações adstritas à execução dos Planos Energéticos Municipais” merece-nos, pois, concordância pelo esforço adicional que incorpora para uma maior racionalização e disseminação no território nacional das boas-práticas em matéria energética.

Senhor Presidente; Senhoras e Senhores Deputados;

O Mundo Mudou - Os combustíveis fósseis que há poucas décadas parecia ser um bem infinito, percebe-se agora que “depois de amanhã” esgotaram-se. O Tempo da energia barata acabou.

O Comércio Europeu de Licenças de Emissão, que é um instrumento de combate às Alterações Climáticas e que tem como objectivo ajudar os Estados-membros da UE a cumprirem os seus compromissos no âmbito do Protocolo de Kyoto.

A criação do Fundo Português de Carbono,

A definição de metas ambiciosas, pelas instituições da UE, com a opção pelas metas dos “3 Vintes” em 2020 (Fontes de Energia Renováveis, Biocombustíveis e Redução de Emissões de GEEs);

As dúvidas, levantadas por várias entidades sobre a eficácia dos biocombustíveis,

A consolidação do MIBEL e do mercado ibérico do gás;

O Plano Nacional para a Eficiência Energética,

Uma nova Política de Transportes

Tudo isto é tema que obrigatoriamente tem de continuar a merecer a atenção do Parlamento.

Pela parte do PSD estaremos sempre, como até aqui, na vanguarda destes objectivos. - Miguel Almeida

Um Governo sem crédito e um País sem Rumo

José Palma Rita (*)

Os dados do INE divulgados na passada semana confirmam o que estava à vista de todos e era mais que evidente: a acentuada recessão da economia portuguesa já no 4º trimestre de 2008.

Enquanto a evidência se impunha no final do ano passado, o Governo teimava demagogicamente no contrário, fazendo aprovar no Parlamento um Orçamento de Estado para 2009 baseado em pressupostos irrealistas, por todos os partidos da oposição denunciados.

Confesso que nunca me tinha dado conta que em algum país desenvolvido da União Europeia fosse possível assistir a tão triste espectáculo, digno de outras partes menos desenvolvidas do planeta,

totalmente desprestigiante para uma Assembleia da República que deveria representar os mais intocáveis valores da dignidade política nacional.

Que credibilidade pode merecer um governo que após tão triste espectáculo se permite outro igualmente degradante, de ir ao mesmo parlamento um mês depois, defender a necessidade de rever os pressupostos de um Orçamento de Estado que todos tinham apontado como errados, com a tranquilidade dos idiotas que se julgam imunes às das críticas?

A demagogia tem limites mas, mesmo que fosse admissível tal irresponsabilidade, não o é certamente o facto de a mesma apenas servir os interesses de apego ao

poder pelos que o exercem.

O futuro do país é demasiado valioso para ser sacrificado ao interesse particular de um bando de oportunistas e seus seguidores.

Veja-se a vergonhosa figura daquela “ave rara” sempre de asas abertas que ocupa a cadeira de Primeiro-Ministro, armado em “Robin dos Tolos” como lhe chama MST, pouco incomodado com as sumptuosas festas de inauguração de auto-estradas de duvidosa justificação, a custas dos impostos recolhidos antecipadamente de empresas que pagaram a mais e que esperam anos pela sua devolução, dos vários milhões de Euros que o Estado não paga às pequenas e médias empresas que lhe fornecem serviços, as quais sustentam ainda, com os contribuintes particulares, os desvaios das ajudas públicas a bancos em dificuldades em consequência de fraude e não da crise financeira internacional.

Acrescente-se a demagogia de um Primeiro-Ministro que para distrair as atenções dos maus resultados do desempenho da economia a publicar pelo INE vem, na mesma semana, anunciar um corte nas deduções fiscais para os “supostos ricos” e que são os trabalhadores por conta de outrem que ainda (dos poucos que restam) pagam impostos, sem qualquer consequência ou impacto visível na arrecadação de receitas, como denunciam vários insuspeitos fiscalistas da área política do PS.

Em contrapartida, por detrás do pano mediático do desacreditado chefe do Governo, assistimos à confirmação



da desconfiança de que o desbarato eleitoralista de 2009 se pagará caro no futuro, sempre à custa dos mesmos: os contribuintes cumpridores e já mais que sobrecarregados.

Os portugueses vão pois pagar mais 320M€ em impostos em 2010 e ainda mais em 2011, para compensar o facto de em 2009, ano de eleições, a carga fiscal ser aliviada. É a promessa que o Governo fez à Comissão Europeia, na revisão do PEC (Pacto de Estabilidade e Crescimento).

Vale a pena perguntar: compraria um carro usado a alguém deste Governo? Então porquê confiar-lhe a gestão do futuro deste país?

- Presidente da CPS/PSD-Évora

- JPRita@Gmail.com



Monólogos socráticos...

Alberto Gonçalves (*)

Por motivos que nem forças ocultas saberão explicar, vi um pedaço do debate quinzenal no parlamento. Quer dizer, vi o eng. Sócrates habitualmente exaltado, a fazer voz grossa e a acusar os adversários das piores vilanias.

Em democracias aborrecidas, os debates do género servem, grosso modo, para discutir as políticas e propostas do Governo. Os nossos particulares debates servem para mostrar que qualquer contestação à actuação do Governo representa uma vergonhosa afronta ao regime e, suponho, à humanidade em peso.

O que sucede na Assembleia da República só não é um solilóquio do primeiro-ministro porque a oposição às vezes arrisca uma dúvida e ensaia algumas [inter-pelações] discordantes.

No fundo, porém, [acabam por ser] apenas deixas para o eng. Sócrates disparar o vasto (bem, não demasiado vasto) léxico da vitimização. Fundamentalmente, tudo o que belisque a honestidade e o brilhantismo inatos do homem, constitui um ataque pessoal, um insulto cobarde e, na definição que já é um clássico de 2009, uma «campanha negra».

Em princípio, não seria difícil desmontar a soberba inerente à metralhadora de queixumes. Mas seria correcto? Por mim, hesito. Aos poucos, coloco a possibilidade de o eng. Sócrates ter razão. Pensem comigo: e se tem? E se é a má-fé que nos leva a questionar a nobreza do seu carácter e a justiça das suas acções? E se ele deseja de facto o progresso do país, não há a hipótese de os que dele divergem desejarem o atraso ou no mínimo uma coisa assim-assim? E se a “campanha negra” é real e movida pela inveja que a grandeza normalmente desperta? E se, como a sua retórica insinua, o eng. Sócrates pairar merecidamente acima das críticas, no fundo uma expressão masoquista contra quem quer o nosso bem e faz do nosso bem o seu desígnio? E se, afinal, o eng. Sócrates for melhor que todos nós?

Por inércia ou cansaço, começo a acreditar nisso e, o que é mais esquisito, parece-me que o eng. Sócrates também. - (*) Sociólogo. © D.N.



“Casamento”?!...

Alberto João Jardim (*)

Sendo esta Pátria um “paraíso socialista” que rapidamente esqueceu o que se passou com todos os outros anteriores Governos socialistas – acabam sempre mal... – tendo esta Pátria uma espécie de fé “religiosa” no socialismo, sem saber bem do que se trata, e possuindo esta Pátria a Constituição mais esquerdizada de toda a União Europeia... logo, é falso que haja problemas.

É tudo imaginação popular e má-vontade do que chamam “a direita” – que também não sabem bem o que seja e desconhecem o desenvolvimento que democraticamente deu à Europa – é apenas má-vontade se dizer que Portugal vai perigosamente nada bem...

E, então, porque do que esta Nação precisa, é de “causas fracturantes” – para rebentar ainda mais – eis que o secretário-geral do partido socialista coloca na ordem do dia do seu congresso, a necessidade de chamar “casamento” à legítima união de facto entre homossexuais, aliás contemplada na lei.

Grande alavanca para o futuro risinho da Pátria!...

Não tenho qualquer preconceito, nem devo julgar – eu e ninguém – as opções sexuais de cada um.

Toda a minha vida dei provas públicas disso, até mesmo antes de tal vir a ser “causa” dita fracturante.

Toda a minha vida defendi os Direitos das minorias, e a luta pelos Direitos dos Portugueses da Madeira é prova disso.

Agora, não gosto de ser gozado.

Não gosto de provocações gratuitas, especialmente se minorias se arrogam a pôr em causa o entendimento consensual da maioria da sociedade portuguesa, nesta querendo subordinar os seus Valores culturais e civilizacionais a delírios estapafúrdios que afrontam.

“Casamento” significa “acasalar”.

Acasalar pressupõe dois sexos diferentes.

Casamento é uma união matrimonial legalmente institucionalizada entre duas pessoas de sexos diferentes que, desta forma, passam a constituir uma Família.

No artigo 16.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o casamento está definido como sendo entre um homem e uma mulher – as Entidades desta República, desconhecem-no?!...

As coisas são naturalmente assim.

Porque diabo se há de chamar “casamento” a uma coisa que não é?!...

Só para satisfazer o capricho de pequeníssimas minorias?!

O Sol é o Sol, a Lua é a Lua.

Por decreto, amanhã também se vai chamar Sol à Lua, ou Lua ao Sol, apenas porque tal deu na cabeça de uns tipos?!...

Não estamos perante um problema de discriminação.

Estamos perante um absurdo.

Se discriminação fosse, obviamente que tinha de ser anulada.

Mas institucionalizar o absurdo, só para exibicionismo político de “fracturação” de um País que, coitado, já nem

sequer está em condições para mais problemas e divisões, de facto é uma irresponsabilidade gratuita.

Os homossexuais têm todo o Direito às suas opções, bem como estas devem ser absolutamente respeitadas como as de qualquer outro cidadão.

Deus livre Portugal de qualquer prática discriminatória, incluso neste âmbito do sexual. O que, politicamente, de anti-ético já vai por aí...

A lei deve dar protecção e garantia à formalização de qualquer união no tempo, também nestes casos. Irritam-me os moralismos hipócritas, nem as convicções religiosas de cada um são para aqui chamadas neste plano do Estado.

Estado que também tem de assegurar a defesa da liberdade das opções religiosas, bem como o respeito por estas



convicções e práticas.

Só que o problema em causa, o “casamento” homossexual, constitui um violentar da lógica, da racionalidade e da Natureza. Trata-se da pretensão de qualificar juridicamente como algo, uma coisa que o não é!

Trata-se de forçar provocatoriamente a cultura e a civilização portuguesa, com todas as nocivas consequências na coesão nacional que tal implica, não se tratando de uma questão importante e, muito menos, de emergência.

Para quê?!...

O que querem provar?!...

Tenham, mas é juízo!...

- (*) Advogado, Presidente da CPR/Madeira, Presidente do Governo Regional

Cartas e Mensagens ao PSD

Que a mudança seja célere...

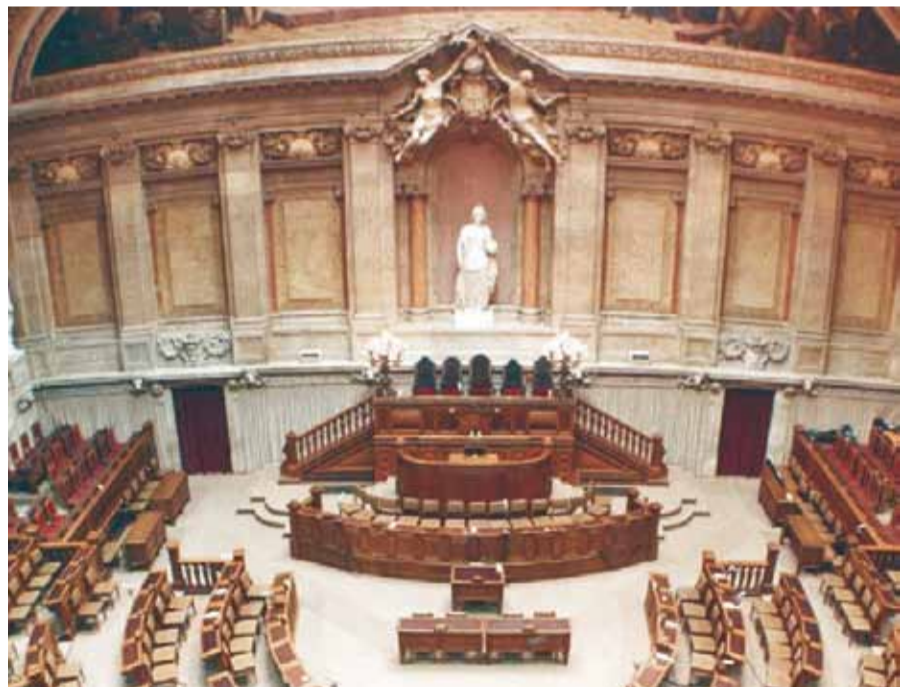
Tenho estado a ouvir o debate no parlamento e estou bastante deprimida porque, para além da falta de clientes para trabalhar, vivo num país com este 1º ministro e tudo o resto...

Desejo uma boa campanha, uma forte campanha, “chamando as coisas pelos nomes” e, tal como disse hoje o depº Paulo Rangel, “era o que faltava não se poder perguntar...” e eu digo inquirir, “abrir os olhos às pessoas”, para algumas é necessário explicar com palavras simples (e percebem....)...

Ainda acredito que haja alguém disposto a realizar o trabalho a que se propõe...de forma a aumentar a qualidade de vida, a democracia, a educação, a saúde e colocar a justiça a funcionar (esta faz tanta falta...)

Que a mudança seja célere, o mais breve possível

- Paula L.



Uma polémica que já enoja...

Sou militante do PSD da zona de Braga

Esta polémica em volta do cartaz do Pinócrates, já enoja. É alguma mentira o que lá está? Parece que o PS acha que sim!!! Em primeiro lugar a crítica é acima de tudo política e não pessoal, no entanto a personificação do governo é o “eng.” Sócrates, queriam que fosse quem, o Pai Natal? Esse pelo menos merece mais respeito!

Em segundo lugar essas virgens ofendidas do PS que criticam a caricatura do cartaz nada disseram aquando das caricaturas (e não foram poucas) do Dr. Durão Barroso com corpo de cherne, que essas sim, por esse ponto de vista eram muito mais difamatórias, sem contexto político. E junte-se-lhe a campanha de caricaturas que fizeram, muito tempo, contras as principais figuras do nosso Partido. E ninguém veio chorar para a praça pública.

Quem está na política, deve estar preparado. Ou, como dizia Truman, “...se não te agentas com o calor, sai da cozinha”.

- Marcos F. Barbosa



Verba adicional para funcionários em dificuldades:

outra promessa falsa de Sócrates

Gostava de vos por ao corrente de uma comunicação do Sr. 1º ministro que não corresponde à realidade, na esperança de que a imprensa ou a oposição conseguisse desmentir e assim o Sr. 1º ministro não poder usar isso como trunfo, como foi o sucedido:

Em Dezembro de 2008 o Sr. PM anunciou na TV que tinha disponibilizado uma verba adicional para os funcionários públicos, a fundo perdido, ou por empréstimo ou uma combinação dos dois, para fazer face a situações emergentes gravosas no campo económico e social.

Acontece que eu, como funcionário público, candidatei-me ao subsídio, foi-me comunicado que para a minha situação estava já previsto um valor em empréstimo, inclusive deram-me os modos de reembolso, MAS... estes apoios não são para todos os funcionários públicos conforme noticiou na semana do NATAL, o sr. PM, NAO!

Este apoio que agora me vai ser recusado é só para os funcionários inscritos nos Serviços Sociais da Administração Pública. E não! Não basta ser funcionário público para ser beneficiário dos Serviços Sociais da AP, para ser beneficiário é necessário inscrição, e para que a inscrição seja aceite, o organismo empregador de cada Funcionário Público tem de se "responsabilizar" por pagar a quotização, situação que as instituições, se não fizeram antes, não irão fazer por causa dos funcionários que estejam em apuros.

Em suma o PM, ao generalizar tudo iniciou uma corrida aos SSAP que, conforme explicaram (poderão investigar e ter a certeza de tudo isto) receberam milhares de chamadas às quais informaram que o sr. PM não falou correctamente.

Por achar que nenhuma bandeira deve ser usada se não for correctamente, coloco-me a vossa disposição para fazer prova do que disse. Assim, e se acharem que esta situação possa ser uma notícia poderão investigar ou mesmo contactar-me

- Nuno Portela

Uma proposta para tirar Portugal do pântano

Estando o País mergulhado num pântano e sem solução à vista, ainda não vi nenhum líder político fora do PSD a apresentar uma solução verdadeira para acudir a este drama Nacional.

Gostaria de deixar algumas sugestões:

- 1-Desmistifiquem o conceito de Estado;
- 2-Digam aos Portugueses que alguém, em nome do Estado, tira bens ilegítimamente a alguns cidadãos para imerecidamente dar a outros;
- 3-Os Governantes do Estado não tem que dar nada aos cidadãos;
- 4-Os Governantes do Estado não deviam tirar aos cidadãos mais do que aquilo que é razoável;
- 5-Os Governantes do Estado que tiram aos cidadãos mais do que o razoável, estão a contribuir para a falta de estímulo no aproveitamento das suas capacidades;
- 6-Os Governantes do Estado não podem difundir o conceito de que todo o cidadão pode viver à custa de subsídios;
- 7-O Estado que tira aos Agentes Económicos mais de 50% dos seus lucros proveitos através do fisco não tem futuro;
- 8-Que sejam criados critérios universais para a organização do Estado;
- 9-Devem ser extintos todos os regimes especiais existentes, pois seria tudo mais transparente;
- 10-Os Agentes Económicos que, com todos os riscos e sacrifícios, canalizam os recursos financeiros e patrimoniais para a criação de empresas, que por sua vez pagam os salários para sustentarem as famílias, deviam ser tratados com o maior respeito, o que não se verifica.

Talvez desenvolvendo estas ideias, se terminasse com as soluções virtuais e demagógicas, as quais contribuíram para atirar com Portugal para o pântano. Apresento saudações Sociais-Democratas.

- A. Pinelo, militante





O Presidente da CPR/Madeira defendeu maior amplitude dos poderes legislativos da ARM

O presidente do PSD-M defendeu a necessidade de a Assembleia Legislativa da Madeira ter mais poderes para fazer leis diferentes, para que «não estejamos sujeitos a leis idiotas de Lisboa».

Num jantar com mais de 1.000 militantes e simpatizantes do partido, em Santana, integrado no programa de convívios em todos os concelhos, em esclarecimento do período eleitoral de que aproxima, Alberto João Jardim criticou as leis que a República Portuguesa «impõe» ao povo madeirense.

Segundo referiu, «há leis que não valem nada» «são uma vergonha e são mal feitas», tendo mesmo o Presidente da República denunciado, já, «a má qualidade das leis que se fazem em Portugal». Tendo isso em conta, disse que não podemos ficar passivos e que «precisamos de novos meios, através da Revisão da Constituição, para que o nosso Parlamento, que é conquista da democracia e da autonomia, tenha mais poderes para fazer leis diferentes» e para que «não estejamos sujeitos a leis idiotas de Lisboa».

Frisando não se tratar de separatismo, o líder dos sociais-democratas afirmou que «somos todos o mesmo país» e que, naquilo que é comum ao país – Defesa, Negócios Estrangeiros, Direitos, Liberdades e Garantias – as leis são iguais. «Agora, cada um resolve os seus problemas à sua maneira».

Jardim adiantou que nas eleições para a Assembleia da República «nós, PSD, vamos apresentar uma mudança constitucional, uma diferente relação entre a República Portuguesa e a Madeira, sempre dentro da unidade do Estado, mas uma nova proposta de sermos uma Região mais livre do que hoje somos». Da mesma forma que em 2007 perguntou ao povo se concordava com a Lei de Finanças Regionais, referiu que agora «vamos perguntar ao povo se aceita continuar nesta situação de termos em certas matérias de obedecer a leis de Lisboa que não nos interessam para nada e que são uma total idiotice, ou se o povo entende que devemos avançar no grau da Autonomia que a RAM tem». Mesmo desejando um clima de diálogo, avisou que se em Lisboa «disserem que não têm mais autonomia só porque nós não queremos – como eu não reconheço a Lisboa o direito de dizer o que quer ou não para a nossa vida - temos de fazer apelo nessa altura ao direito internacional».

Por outro lado, Jardim lembrou que este ano haverá três eleições e que «temos de ganhá-las, pela Madeira». As primeiras são as Europeias e, porque «precisamos mais da União Europeia do que da República Portuguesa», «logo em Junho é preciso estarmos ali para dar uma grande primeira sova no PS, que se portou tão mal com o povo madeirense e que ofendeu os nossos direitos conquistados». É «dar-lhes a primeira sova para a seguir levarem mais duas».

A outro nível, recordou o desenvol-



vimento operado na Região em todas as áreas (saúde, educação, cultura, emprego, habitação, transportes, água e esgotos, electricidade, redes viárias, etc) desde que chegou ao Governo, o qual foi sempre contrariado pela oposição e pelos «comunistas do DN».

Após este esforço, «quando a nossa vida corria estabilizada, apareceu um mentiroso que disse que ia respeitar a Lei das Finanças Regionais e que não a respeitou, mudou-a e tirou dinheiro à Madeira», condenou, lembrando que durante 550 anos, antes da Autonomia regional «dois terços do suor do povo madeirense foi para Lisboa, para aquela gente gastar nas guerras deles, que não eram nossas» e que «agora roubaram-nos outra vez».

«Alteraram a Lei das Finanças Regionais. Todos os anos, orçamento a orçamento, tiram-nos cada vez mais», apontou. Nesta ordem de ideias, disse que «temos alguns serviços da República a se comportarem como forças de ocupação colonial, criando problemas aos serviços da Região e àqueles que titulam os serviços da Região», pelo que «estamos outra vez sob uma ofensiva colonial».

Por fim, lembrando que haverá também eleições autárquicas, disse que é muito cedo para se andar a discutir «quem é bom ou não para presidente da Câmara». «Quem está a trabalhar, está a trabalhar bem. Quando chegar o Verão é que se vai tomar decisões, depois de ter ouvido o que pensa a população», porque «escolher candidatos às autárquicas é saber perceber o povo, é respeitar os sentimentos do povo». - Gab. Imp. PSD/M

Deputados ao Parlamento eleitos pela Madeira, apresentaram propostas de alteração ao Orçamento Suplementar

Os Deputados do PSD/M apresentaram propostas de alteração ao Orçamento Suplementar aprovado na Assembleia da República que visavam:

Assegurar que o Estado regularizasse as dívidas que tem para com a Região num total de cerca de 140 milhões de euros;

Que reforçasse em 14 milhões de

euros uma dotação para o emprego e formação profissional, na Região;

Que o endividamento da Região em 2009 pudesse ascender a um limite de 50 milhões de euros ou de 140 milhões de euros consoante fosse, ou não, assegurando o pagamento das dívidas do Estado à Região;

Que as medidas do Programa “Iniciativas para o Investimento e Emprego” fossem extensivas às Regiões Autónomas a encargo do Orçamento do Estado.

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente, acompanhando os deputados do PSD Madeira, todas aquelas propostas, com excepção da relativa ao endividamento, em que se absteve.

No decurso das votações e pelo facto de as propostas terem sido postas à votação em conjunto criou-se o equívoco de que a votação do PSD teria sido de abstenção em todas elas, o que foi esclarecido nos termos regimentais, com toda a normalidade, como acontece centenas de vezes.

É incómodo para o PS assumir a gravidade do facto dos deputados eleitos pelo PS Madeira terem votado contra as propostas apresentadas pelos deputados do PSD Madeira em defesa dos madeirenses e portosantenses e dos direitos da Região.

Obter a colaboração de certos órgãos da comunicação social, que a isso se prestam, para destacar um trivial equívoco com vista a ocultar a gravidade do voto do PS e dos seus deputados contra a Madeira é uma velha técnica de manipulação da

informação, que já não pega junto do povo madeirense que sabe bem quem o defende e não se deixa iludir por meros truques. - Os Deputados do PSD Madeira, Guilherme Silva, Manuel Correia de Jesus e Hugo Velosa

PSD exige que “o Estado assumira, por uma vez, por todas as suas responsabilidades” no Desporto

O Grupo Parlamentar do PSD/Madeira à Assembleia Legislativa da Madeira exige que “o Estado assumira por uma vez por todas as suas responsabilidades” na questão dos custos dos transportes aéreos no desporto.

Em conferência de imprensa, o deputado Jaime Lucas lembrou a necessidade de ser “aplicada a Lei da Continuidade Territorial”, pelo que cabe ao Estado os “custos dos transportes aéreos das equipas, dos técnicos de arbitragem e dos atletas convocados aos trabalhos da selecção nacional”.

A exigência do PSD, que já foi “rejeitada por cinco vezes pela maioria do PS na Assembleia da República, apesar do apoio de todos os outros partidos”, está consubstanciada na proposta de lei denominada Fundo Nacional de Integração Desportiva.

O deputado lembra que, actualmente, é o Instituto do Desporto da Madeira (IDRAM) que paga as viagens das equipas madeirenses ao Continente e o governo da República, através do Instituto do Desporto de Portugal (IDP), que paga as deslocações das equipas do Continente à Região.

No entanto, lembrou que o subsídio do IDP às equipas continentais é insuficiente e pago tardiamente, o que leva a que algumas federações, com alguma frequência, ameacem excluir a Madeira e as suas equipas dos campeonatos nacionais.

“É uma pressão intolerável e um atentado ao direito das equipas madeirenses de poderem participar em plena igualdade de direito e circunstâncias com os demais portugueses da Região Autónoma dos Açores e continente português”, disse. - Lusa



Importante documentação do “B.I. de Aveiro” em exposição itinerante no Concelho

Chegou há dias ao Museu da Cidade a “Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus e Memorial da Infanta Joana filha del Rei D. Afonso V”, juntando-se, assim, aos restantes importantes documentos da Exposição “O BI de Aveiro”.

Até 23 de Fevereiro, este documento poderá ser apreciado na Exposição “O BI de Aveiro” de Terça a Domingo, das 10.00 às 12.30 horas e das 14.30 às 19.00 horas, no Museu da Cidade.

Feita no século XV, a Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana Filha del Rei Dom Afonso V abre, à guisa de prefácio, com este texto: “Em este livro he scryto e se contem ho na[s]cime[n]to e pri[n]cipio e fundame[n]to deste mosteyro e casa de J[es]u[s] Nosso S[enh]or desta villa de Avey[r]o...e Memorial da muito excellent Princesa E muito virtuosa Senhora ha Senhora Iffanbte dona Joanna nossa Senhora ffilha do muy Cathoyico e Christianissymo Rey dom affonso quinto E da Senhora Rainha donna Isabbel sua molher”. Contem ainda Mem[oria] das religiosas que professaram e faleceram no mosteiro e Treslado do Testamento do Duque de Aveiro”

Este manuscrito é, sem qualquer dúvida, o mais excelente repositório de informação que existe acerca da fundação do Convento do Santo Nome de Jesus de Aveiro. A sua primeira parte descreve com detalhe os personagens que o fizeram nascer e as razões para que tal tenha acontecido. Segue-se o Memorial da Princesa que relata a vida da filha de D. Afonso V. Desde o seu nascimento à recusa das vaidades mundo, até conseguir atingir o seu propósito: viver em clausura. Assim foi e, ao longo do texto é narrada toda a vivência material e espiritual de Dona Joana, até ao momento da sua morte, a 12 de Maio de 1490.

É atribuído a Margarida Pinheira, 1467-1529. 183 fl. Livro manuscrito de



suporte em pergaminho encadernado em pastas de madeira revestidas de pele com ferros gravados a seco. Dim. 209x297mm MA, 33/CD.

A Exposição Documental Itinerante 250 anos de História Aveirense, seguiu para a EB 2/3 de Aradas na Segunda-feira. Assi se deu início à Exposição Documental Itinerante – 250 anos de História Aveirense na EB 2/3 de Aradas que ficará neste estabelecimento escolar até ao dia 20 do corrente mês.

A mostra, que se encontra a percorrer a Rede das Bibliotecas Escolares Concelhias, tem por objectivo integrar a Rede das Bibliotecas Escolares nas comemorações dos 250 anos da elevação de Aveiro a cidade, transmitindo aos alunos os conhecimentos sobre os acontecimentos ocorridos há 250 anos e nos períodos mais relevantes da história Aveirense. Pretende ainda promover a investigação através do acesso às fontes e aos documentos que fizeram a história da cidade.

A Itinerância decorre até Junho, estando uma semana em cada Biblioteca Escolar onde a Biblioteca Municipal levará uma colecção de livros, revistas, jornais e documentos de arquivo ou reproduções que durante essa semana estarão ao dispor das iniciativas internas de cada Escola. Serão também desenvolvidos ateliers coordenados pela Biblioteca Municipal.

Concurso “Trabalhos Escolares” comemorativo dos 250 anos da cidade

Estão abertas as candidaturas para a participação no Concurso “Trabalhos Escolares” comemorativo dos 250 anos da cidade de Aveiro e do Trigesimo aniversário da ADERAV - Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro.

Promovido pela Câmara Municipal e a ADERAV, o concurso tem como objectivo fomentar a envolvimento das crianças e dos jovens nas questões da valorização do Património e da História de Aveiro, através da sua participação em trabalhos escolares que reforcem a ligação à matriz identitária aveirense valorizando em especial o Património histórico, artístico e cultural do Concelho de Aveiro.

Para participar, os interessados devem enviar a candidatura pelo correio ou entregar pessoalmente na Divisão de Acção Cultural da Câmara Municipal de Aveiro, Casa Municipal da Cultura, Praça da República, 3810-156 Aveiro, até 27 de Março.

As candidaturas a este concurso são efectuadas enviando os respectivos trabalhos e um formulário próprio, identificadas apenas pelo pseudónimo e deverão respeitar o regulamento. Ambos os documentos estão disponíveis nos sites da Autarquia e da ADERAV.

Importa referir que o concurso é aberto a estudantes de qualquer estabelecimento escolar do Concelho de Aveiro do primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino básico encontrando-se dividido em duas categorias: Ensaio e Artes Plásticas.

Na modalidade de Ensaio, os trabalhos devem ser elaborados com o máximo de 500 palavras, impressos em folhas A4, a dois espaços e com letra 12, devidamente encadernados, trazendo na capa o





título das obras e pseudónimo do autor. Na categoria de Artes Plásticas, deve ser produzida uma criação artística sob qualquer forma de expressão plástica, designadamente gravura, pintura, escultura, identificada pelo respectivo pseudónimo. O tema comum do concurso é “História e o Património de Aveiro”.

Os elementos do júri, Gaspar Albino, Delfim Bismarck, Lúcia Seabra e Madalena Pinheiro, presididos por Énio Semedo, atribuirão os prémios no valor de 150, 100 e 50 euros respectivamente ao primeiro, segundo e terceiro classificados do primeiro ciclo; 200, 100 e 50 euros aos do segundo ciclo e ainda 250, 150 e 50 aos do terceiro ciclo do ensino básico. Poderão ainda ser atribuídas menções Honrosas em cada categoria.

Aveiro já dispõe do “software” de Gestão da Carta Desportiva e de Programas de Apoio ao Associativismo

A Câmara Municipal procedeu à aquisição de software em que assenta na plataforma i-Gest XXI – “Gestão da Carta Desportiva e de Programas de Apoio ao Associativismo”.

Com esta Plataforma Informática o Município está a apostar numa abordagem racional do Desporto Municipal. Desta feita, quatro grandes linhas vão direccionar esta intervenção de fundo: identificação, clarificação, quantificação e qualificação.

O Vereador responsável pelo Pelouro do Desporto, Gonçalo Caetano Alves, revelou que “esta é uma aposta no rigor e nas novas tecnologias que dotará a autarquia de uma ferramenta estratégica”. Segundo o autarca, “a implementação do software vai permitir uma gestão mais racional dos apoios ao associativismo e contribuirá para a medição das reais necessidades desportivas do concelho”. Gonçalo Caetano Alves salientou ainda que “no processo estreitaremos o relacionamento com as colectividades desportivas”.

Por fim, o Vereador afirmou “tratar-se de uma responsabilidade assumida e o alcançar de um dos pilares estruturantes traçados a médio prazo”, salientando que “os resultados, embora venham a ser perceptíveis a médio prazo, serão verdadeiramente potencializados no futuro”.

Mediante a aquisição de software que assenta na plataforma i-Gest XXI – “Gestão da Carta Desportiva e de Programas de Apoio ao Associativismo”, pretende a edilidade actualizar a parametrização de todos os dados concelhios, freguesia a

freguesia, interligados ao processo de controlo dos recintos desportivos, bem como a todos os dados do Movimento Associativo que, devidamente articulados com os censos oficiais e projecções demográficas, darão uma noção real das necessidades concelhias, novas tendências, modificações na procura de serviços, índices de prática desportiva, intervenções de fundo, entre outros aspectos.

Em termos técnicos a articulação da informação será implementada via Intranet ou via Internet. Serão dadas permissões por níveis de utilizadores no que diz respeito à utilização do i-Gest XXI. A aplicação já está instalada nos servidores da Câmara Municipal de Aveiro, estando, no momento, a decorrer a formação técnica dos funcionários. Numa fase posterior é intenção da autarquia sensibilizar e estimular a intervenção directa das associações desportivas já que, a médio prazo, é espectável que sejam essas entidades, as responsáveis por parte da inserção e manutenção dos seus dados.

A Autarquia prestará auxílio às colectividades com mais dificuldades, mediante formação técnica ajustada às necessidades de cada entidade e facilitará a acessibilidade a um computador preparado para esse efeito.

Bienal Internacional de Cerâmica Artística

Já se iniciou o período de inscrições para a participação na nona edição da Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro.

Os artistas interessados em participar deverão efectuar a sua inscrição até 3 de Abril de 2009 para o secretariado da Bienal que irá funcionar na Divisão de Acção Cultural, Casa Municipal da Cultura - Edifício Fernando Távora, Praça da República, 3810-156 Aveiro. Para obter informações detalhadas e a ficha de inscrição podem consultar em www.cm-aveiro.pt.

Na Bienal poderão participar os artistas, nacionais ou estrangeiros, com um máximo de duas obras que serão seleccionadas pelos membros do júri. As obras poderão ser trabalhos individuais ou colectivos.

Organizada pela Câmara Municipal de Aveiro, a Bienal atribui três prémios: 15.000,00 euros para o primeiro prémio; 10.000,00 euros, para o segundo; e 5.000,00 euros para o terceiro prémio. Para além destes prémios, o júri poderá atribuir Menções Honrosas até ao limite de seis. As obras premiadas, excluindo as Menções Honrosas, ficam a pertencer à

Câmara Municipal de Aveiro.

No momento da inscrição os artistas concorrentes são obrigados a apresentar o boletim de inscrição em quadriculado, integralmente preenchido; nota biográfica dactilograda, com um máximo de 20 linhas; pelo menos uma foto de cada obra, em formato digital (.jpg), gravado em CD devidamente identificado com a respectiva peça e com o sentido da sua apresentação; e descrição das obras propostas, com nota explicativa das características técnicas utilizadas, respectivas medidas e posições das peças para efeitos de exposição.

Mediante os elementos apresentados, o júri da Bienal fará uma primeira triagem das obras, sendo comunicado aos concorrentes seleccionados que devem entregar os seus trabalhos até 29 de Maio de 2009. De salientar que os trabalhos devem ser sempre enviados com frete pago e a admissão definitiva das obras apresentadas

deparar-se-á da visualização dos originais pelo Júri.

As obras seleccionadas e aquelas dos artistas convidados pela organização estarão em exposição de 3 de Outubro a 15 de Novembro de 2009, no Museu de Aveiro.

A IX Bienal Internacional de Cerâmica Artística, a exemplo de anos anteriores, pretende contribuir, de forma efectiva, para o desenvolvimento sociocultural e estimular a experimentação e a criatividade; procura ser um espaço aberto ao diálogo, à divulgação e ao confronto de tendências e de contacto com os conceitos actuais de cerâmica artística; tem ainda como objectivo essencial divulgar os caminhos mais significativos da cerâmica artística contemporânea que se faz pelos cinco continentes; mostrar a diversidade formal e a renovação estética que se vem processando, bem como as capacidades dos novos materiais e técnicas postas ao serviço da arte. - Gab. Imp. CM Aveiro

Notícias de Torres Vedras

Controversial “chumbo” dos 3 traçados propostos para o IC 11

A Distrital da Área Oeste do PSD contestou hoje o parecer desfavorável, dado pelo Ministério do Ambiente aos três traçados propostos para o IC11, entre Torres Vedras e Peniche, considerando a decisão “surrealista” e “excessiva”.

“Acho lamentável e surrealista que nenhum dos três traçados sirva. É excessivo”, reagiu à agência Lusa o presidente da distrital Oeste do PSD, Lélío Lourenço.

O social-democrata considera fundamental “conciliar os valores ambientais com o desenvolvimento económico” que esta via iria trazer à região, dando o exemplo do que aconteceu com a A10, em Arruda dos Vinhos, onde foram encontradas as soluções técnicas para estabelecer o mesmo equilíbrio e executar a obra.

O Ministério do Ambiente deu parecer desfavorável ao traçado do IC11, Torres Vedras/Peniche, por afectar “extensas áreas agrícolas” em solos valiosos onde se concentram várias explorações hortícolas.

Lélío Lourenço recorda que todos os autarcas do Oeste sempre se debateram pelo IC11, por ser uma obra de “interesse supra municipal” e “absolutamente decisiva há mais de 10 anos” para a região.

Trata-se de uma via que “aproxima o litoral do interior e que tem a capacidade de escoar os produtos”, justifica.

“Não se pode dizer que a região não precisa da obra quando a Lourinhã está a 15 quilómetros da A8”, acrescentou o social-democrata, contrariando os argumentos do Ministério do Ambiente.

O PSD/Oeste aguarda esclarecimentos do Governo e prefere continuar a acreditar que o chumbo aos traçados não passa de um “acidente de percurso” e que o Governo vai “cumprir a palavra” face ao que assumido no Plano de Acção do Oeste.

A Declaração de Impacte Ambiental (DIA), emitida a 21 de Janeiro, refere que, apesar de a melhoria das acessibilidades ser uma das justificações para avançar com a nova ligação “estas são já asseguradas pelo IP6, em Peniche, pelo IC1 (A8) em Torres Vedras”, enquanto a Lourinhã fica apenas a 15 quilómetros da A8.

Da avaliação do projecto do IC11, que se desenvolve “numa região com uma fortíssima componente agrícola com a presença de extensas áreas de pomares, bem como vinhas e produtos hortícolas”, resultou que qualquer das soluções propostas afectaria áreas agrícolas (cerca de 100 hectares) e extensas áreas de solos classificados como RAN (Reserva Agrícolas Nacional). - Fonte: Lusa



É urgente que o Governo transfira com urgência as verbas para apoio social a famílias em situação precária

Os vereadores do PSD na Câmara de Lisboa querem que o Governo transfira com urgência para o município as verbas para apoio social a famílias em situação precária, para atenuar os efeitos da crise na população da capital.

Na proposta a apresentar quarta-feira em reunião de câmara, a que a Lusa teve acesso, os vereadores do PSD sugerem uma série de medidas incluindo a possibilidade de criação de quatro Gabinetes de atendimento social nas zonas Oriental, Ocidental, Norte e Centro da cidade e de parcerias com empresas e estabelecimentos de restauração para criar pequenos bancos alimentares com os excedentes e garantir que revertam para famílias carenciadas.

Sugerem ainda que a Câmara de Lisboa proponha ao Governo a alteração de um artigo do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis para diminuir para metade a admissibilidade do pagamento em prestações (valor igual ou inferior a 250 euros) e aumentar de duas para quatro o número de prestações.

“São urgentes medidas que tenham reflexo imediato na qualidade de vida das famílias que, nos últimos meses, têm sentido dificuldades acrescidas no pagamento das despesas fixas, a ponto de não poderem fazer face a todos os encargos mensais”, lembram os autarcas.

Para apoiar estas famílias, designadamente no pagamento da renda de casa, os vereadores querem que os serviços municipais competentes elaborem, no prazo de 60 dias, um programa de Apoio ao Arrendamento e o respectivo projecto de Regulamento.

Os eleitos sugerem também que, no âmbito do projectado Regulamento Geral de Liquidação e Cobrança de Taxas e de Outras Receitas Municipais, se definam benefícios fiscais em sede da taxa de



conservação de esgotos para agregados familiares que tenham um rendimento mensal per capita igual ou inferior ao rendimento mínimo nacional, no momento da cobrança, e se equacione a hipótese de alargar o número de prestações em que podem ser pagas as taxas.

Propõem igualmente uma concentração de esforços entre as várias juntas de freguesia para divulgar as iniciativas desenvolvidas por estas entidades para apoiar a comunidade e sugerem a revitalização dos balneários públicos sob a sua jurisdição.

No mesmo documento, os vereado-

res sociais-democratas defendem que os serviços municipais competentes estudem a possibilidade de estabelecer parcerias com supermercados, para que se criem vales de baixo valor (cinco ou 10 euros) a atribuir a pessoas muito carenciadas para compra de bens alimentares de primeira necessidade.

De acordo com a proposta, os eleitos sociais-democratas defendem ainda que a autarquia deve incentivar a criação, junto das juntas de freguesia, de Bancos do Tempo “que permitam a construção de uma rede social participada pela comunidade civil, promovendo uma cultura de solidariedade, a colaboração transgeracional e a construção de relações sociais mais humanas”.

Defendem ainda que a autarquia deve estabelecer parcerias, atribuindo incentivos fiscais a pequenas e médias empresas que desenvolvam acções de responsabilidade social que revertam directamente para a população carenciada e ponderar a atribuição de incentivos fiscais a pequenas e médias empresas que criem novos postos de trabalho na área do Município de Lisboa.

“Existe cada vez mais uma pobreza envergonhada - famílias que possuíam um equilíbrio financeiro que lhes permitia uma vida estável, actualmente não conseguem suportar todos os encargos e têm vergonha em pedir auxílio”, afirmam os vereadores, lembrando que a crise afecta todas as franjas da população.

Vereadores do PSD pedem a abertura urgente das esquadras da PSP na Freguesia de Fátima

Os vereadores do PSD na Câmara de Lisboa fizeram a proposta, na última reunião do executivo municipal que a autarquia recomende ao Ministério da Administração a abertura urgente de esquadras na freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

De acordo com a proposta a que a Lusa teve acesso, os vereadores sugerem que a autarquia ceda, “a título oneroso”, lojas ou outras fracções devolutas de que é proprietária naquela freguesia para que sejam instalados provisoriamente postos da PSP até à definitiva instalação da ou das esquadras.

A freguesia de Nossa Senhora de Fátima tem mais de 15 mil habitantes, vários bairros problemáticos e viu fechar num espaço de seis meses duas esquadras na sua área geográfica.

A primeira foi a 17ª esquadra, na Avenida João Crisóstomo, que fechou em Agosto de 2008 na sequência de uma acção de despejo, e a segunda foi a 31ª, que estava instalada num edifício degradado na Rua da Beneficência - Rego e fechou no passado dia 04.

Os vereadores do PSD consideram que a desactivação destas esquadras, alvo de protestos tanto dos moradores e comerciantes como da própria presidente



da Junta de Freguesia, “contribui para o agravamento da insegurança naquela zona da cidade”.

“A vasta área desta Freguesia inclui pelo menos três zonas consideradas problemáticas, com índices de criminalidade significativos”, referem os eleitos social-democratas, apontando os bairros municipais de habitação social denominados PER A (Alameda da Estação, junto ao Centro Comercial Gemini - Quinta das Covas), PER B (a Norte, junto à Avenida das Forças Armadas, onde está instalado o Museu da Resistência) e PER C (entre as traseiras do Mercado do Bairro Santos e as traseiras do edifício América, junto ao antigo edifício da Bolsa).

Na semana passada, depois de conhecido o encerramento da esquadra do Rego, a presidente da Junta de Freguesia, em declarações à Lusa, manifestou-se “furiosa” por só ter sabido da decisão pelos jornais e disse que a freguesia que dirige está “a saque”.

“Estamos a saque. Tenho situações de insegurança complicadíssimas para resolver do Bairro Santos ao Rego, tenho casinos clandestinos e discotecas que mais não são do que bares de prostituição e não tenho polícia”, queixou-se Idalina Flora.

“Não é só esta freguesia e estes bairros que ficam nestas condições de insegurança. Os meus colegas de junta de Campolide e de São Sebastião também sentem o problema”, afirmou, dando o exemplo da população idosa, que “já não sai à rua quando começa a escurecer porque tem medo”. - Fonte: Lusa

Moção do PSD apresentada a discussão na AM

Foi discutida na reunião desta semana da Assembleia Municipal, a seguinte moção do Dep^o. Municipal do PSD, com o seguinte teor:

Considerando que:

1. A Câmara Municipal de Lisboa deverá actuar de forma consistente e firme como a primeira e principal defensora do património urbano, histórico e cultural de Lisboa;

2. Nas datas mais recentes e no que respeita à zona da Doca do Hespagnol/Cais de Alcântara, a Câmara tem actuado porém de forma hesitante a tergiversante, não sobrepondo claramente os interesses da cidade e dos cidadãos de Lisboa a outros de carácter público e privado;

3. Em resultado directo dessa atitude, a entidade concessionária da exploração comercial do porto de Lisboa iniciou a demolição de um dos edifícios emblemáticos da área, o edifício Bartolomeu Dias, parte de um conjunto arquitectónico coerente dos anos 30 e 40 do século transacto e que inclui entre outros os edifícios Vasco da Gama, Diogo Cão, Infante D. Henrique, Alvares Cabral e Gonçalves Zarco.

4. Só o facto de a cada um desses edifícios ter sido atribuído o nome de um dos autores da gesta portuguesa dos Descobrimentos deverá ser o suficiente para aquilatar da importância histórica que lhes foi atribuída aquando da sua edificação;

5. A Câmara Municipal tem sido impermeável aos sucessivos pedidos

de informação, de esclarecimento e de ajuda que lhe foram sendo transmitidos com urgência através ou pelas Juntas de Freguesia e por numerosas organizações independentes de cidadãos;

6. Encontram-se ainda em elaboração sem conclusão específica à data, os Estudos de Impacto Ambiental e de Impacto Ambiental Estratégico para os

projectos conhecidos para essa zona da cidade.

A Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 17 de Fevereiro de 2009, delibera:

1. Que a Câmara Municipal de Lisboa actue urgentemente no sentido de fazer suspender as operações de demolição de todos e quaisquer edifícios

históricos e de época, existentes nessa zona;

2. Que a Câmara Municipal de Lisboa proceda à integração desse conjunto monumental no Inventário Municipal do Património de Lisboa.

- O Deputado Municipal, João de Magalhães Pereira

Notícias de Braga

«Autarca faz fortuna de milhões» - uma nota da CPS/Braga

Face à investigação do Jornal “Correio da Manhã”, divulgada na sua edição de 14 e 15 de Fevereiro de 2009, sob o título “Autarca faz fortuna de milhões – Mesquita Machado, Presidente da Câmara Municipal de Braga” e “Mesquita Machado – Finanças e IGAT recusaram investigar”, a Comissão Política de Secção de Braga do PSD, entendeu tornar pública a seguinte posição:

Dada a gravidade das revelações feitas pela investigação do jornal “Correio da Manhã” nas suas edições de ontem e de hoje, é imperativo que o Ministério Público venha esclarecer o fundamento e as circunstâncias em que ocorreu o arquivamento do processo iniciado há cerca de oito anos, face às denúncias de indícios de enriquecimento ilícito do Presidente da Câmara Municipal de Braga e de alguns dos seus familiares directos.

É da máxima importância que clarifique as diligências que desenvolveu, as investigações que promoveu, e as razões, dada a gravidade dos factos agora tornados públicos, que determinaram o arquivamento do referido inquérito.

É extraordinariamente grave que seja o Ministério Público, conforme é afirmado na reportagem do Correio da Manhã, que reconheça as fragilidades de uma investigação que esteve parada quase sete anos e que assuma que “importava mobilizar meios e redobrar esforços na investigação” diz o Procurador encarregue do processo, lamentando quer a “falta de meios, quer a falta de capacidade” que levaram a que hoje se desconheça se não foi “irremediavelmente perdida a oportunidade de se carrear indícios que a denúncia exigia e impunha”.

De um titular de um processo de inquérito com esta relevância o que se pretende não é um lamento público, mas antes os fundamentos que estruturam o despacho de arquivamento.

Em face dessas declarações, importa ainda que os responsáveis máximos da Inspeção-Geral de Finanças e da Inspeção-Geral da Administração do Território, prestem públicos esclarecimentos sobre a alegada falta de colaboração com o Ministério Público no apuramento dos factos alegados no presente inquérito.

Situações como esta, e outras similares, levam a que os portugueses, cada vez mais, deixem de acreditar na justiça, com



todos as consequências para a degradação da qualidade da nossa democracia.

Impõe-se que o Senhor Procurador-Geral da República, publicamente, preste os devidos esclarecimentos e o Conselho Superior do Ministério Público apure e esclareça em que circunstâncias se desenvolveu este inquérito.

Os portugueses em geral, e os bracarenses em particular, têm o direito a ser cabalmente esclarecidos quando estão em causa aspectos de legalidade e valores tão relevantes para a Democracia e para o nosso País. - CPS/PSD-Braga

O PSD/Braga pediu na terça-feira, no comunicado que acima reproduzimos na íntegra, que o Procurador-Geral da República esclareça e o Conselho Superior do Ministério Público apure em que circunstâncias se desenvolveu o inquérito ao autarca Mesquita Machado, recentemente arquivado.

O MP arquivou em Dezembro um inquérito a Mesquita Machado, presidente da Câmara de Braga, do PS e a nove outros vereadores e técnicos superiores da Autarquia, por “falta de provas” de enriquecimento ilegal.

Contactado pela Lusa, o adjunto de

Mesquita Machado, João Paulo Mesquita, disse que o autarca não presta declarações: “a única coisa que há a dizer é o que disse o MP, que o processo foi arquivado. E, à justiça o que é da justiça”, declarou.

“Damos as boas vindas ao PSD por se ter juntado, oito anos depois, a Manuel Monteiro nesta questão”, ironizou.

Mas para João Granja, “é da máxima importância que o MP clarifique as diligências que desenvolveu, as investigações que promoveu, e as razões, dada a gravidade dos factos agora tornados públicos, que determinaram o arquivamento do referido inquérito”.

“É extraordinariamente grave que seja o Ministério Público que reconheça as fragilidades de uma investigação que esteve parada quase sete anos e que assuma que ‘importava mobilizar meios e redobrar esforços na investigação’”, sublinha.

O partido considera, também, grave que o Procurador encarregue do processo tenha lamentado, quer a “falta de meios, quer a falta de capacidade”, que levaram a que hoje se desconheça se não foi “irremediavelmente perdida a oportunidade de se carrear indícios que a denúncia exigia e impunha”.

“De um titular de um processo de



inquérito com esta relevância o que se pretende não é um lamento público, mas antes os fundamentos que estruturam o despacho de arquivamento”, sustenta.

Para o PSD, “em face dessas declarações, importa ainda que os responsáveis máximos da Inspeção-Geral de Finanças e da Inspeção-Geral da Administração do Território prestem públicos esclarecimentos sobre a alegada falta de colaboração com o Ministério Público no apuramento dos factos alegados no presente inquérito”. - Fonte: Lusa

Autarcas da Coligação reuniram na Cividade:

“Temos a obrigação de dar a Braga uma melhor gestão e uma nova liderança.”

Tal como vem sucedendo mensalmente ao longo do presente mandato autárquico, a Coligação “Juntos por Braga” voltou a reunir os seus Presidentes de Junta e membros dos Executivos das Freguesias em mais um jantar de convívio e trabalho com as estruturas partidárias que suportam este projecto.

Num ambiente de grande união e convergência de esforços e pontos de vista, todos os presentes reafirmaram o apoio incondicional à candidatura da Coligação, revendo em Ricardo Rio o rosto de uma mudança que está para breve.

Projecto supra-partidário tem que chegar aos descrentes

Numa iniciativa que também serviu para a apresentação da nova Comissão Política de Secção do PSD aos Autarcas das Freguesias, a discussão esteve fortemente centrada nas iniciativas que cada um dos presentes irá desenvolver para incentivar a adesão de todos os cidadãos de Braga à candidatura da Coligação.

Este objectivo foi desde logo relevado por João Granja, o recém-eleito líder da concelhia, que frisou: “o nosso rumo está traçado, a vitória nas eleições de Outubro. O nosso papel está muito claro na estratégia que vem sendo seguida pelo PSD de Braga, propiciar aos candidatos às Juntas e a Ricardo Rio todas as condições para vencer as duras batalhas que temos pela frente. Seremos uma retaguarda eficaz e determinada” assegurou.

Apontando como factor primário do sucesso dos autarcas da Coligação a abnegação com que cumprem o seu papel, João Granja afirmou tratar-se da “corporização do ideário de governação que a Coligação pretende cunhar na Câ-

mara Municipal”.

Alertou ainda para os ataques que surgirão contra esta força de mudança, ofensiva que já começou e que, certamente, não cessará tão cedo. “Há muito nervosismo, muita intranquilidade para os lados do PS, da nossa parte ripostaremos com seriedade, determinação e coragem”.

“Num projecto supra-partidário, numa candidatura com Braga, por Braga e para Braga a calúnia não dará lugar ao medo, mas antes à serenidade de quem sabe ter trilhado um caminho de credibilização cujo destino é a vitória”.

Agradecendo o exemplo que os líderes das Juntas eleitos pela Coligação têm dado, aproveitou ainda para deixar uma palavra de estímulo para que persistam no rumo da responsabilidade e da verdade.

Com a plena convicção de que as eleições serão ganhas pelos votos daqueles que até aqui não acreditavam ser possível a mudança, o Presidente do PSD de Braga apelou a que todos se mobilizem na promoção da mensagem de esperança imbuída na Coligação. Só assim, disse, se poderão converter os abstencionistas e os bracarenses que legitimamente votaram em branco no passado nos agentes principais da refundação da cidade.

Conosco a autarquia estará ao vosso lado e não por cima de nós

O candidato da Coligação Juntos por Braga, Ricardo Rio, seguiu a tônica da intervenção de João Granja, garantindo ser este um projecto que ultrapassa, que ultrapassa os limites dos partidos que o formam e das pessoas que nele trabalham, pelo que “não duvidem que há um número crescente de Bracarenses a querer dar o seu contributo” sublinhou.

Num percurso em que a oposição granjeou um estatuto impensável até há bem pouco tempo, tendo-se constituído numa espécie de “provedoria do cidadão”, Ricardo Rio assumiu que tal só foi possível pela entrega de todos ao projecto de Braga 2009. “Superamos claramente o que seria expectável de um partido na oposição. Ninguém intelectualmente honesto pode hoje dizer que não temos projectos e propostas para a cidade. Estabelecemos um novo paradigma na forma de fazer oposição na autarquia bracarense, com responsabilidade, empenho e espírito de missão e fizemo-lo de forma sustentada, repetida e coerente.”

Advogando ser possível fazer muito mais, deu o exemplo dos Presidentes de Junta presentes para demonstrar isso mesmo: “basta uma gestão que esteja ao

lado dos cidadãos e não por cima deles, que os auxilie nos momentos mais difíceis e não que os deixe à deriva perante os infortúnios da vida”.

Num ano que reputou como de difícil, alertou para a necessidade de não abrandar o ritmo pois “Esperar não é opção. Braga não pode parar mais 4 anos” sob pena de se desperdiçar uma das últimas oportunidades de restituir ao concelho a importância política e económica que lhe eram reconhecidas.

Autarcas unidos em torno do projecto Braga 2009

“Não estou nada orgulhoso com a Câmara que tenho. Estou muito triste.” Foi assim que Firmino Marques, Presidente da Junta de S. Vitor, iniciou a sua intervenção, num desabafo que resumiu o desencanto reinante entre os participantes. Segundo Firmino Marques “que não restem dúvidas do apoio total da minha equipa e de mim próprio ao Dr. Ricardo Rio. Se em 2005 a expressão da vitória nos resultados para a Câmara na Freguesia de S. Victor, fala por si, duplicaremos essa votação.”

No jantar estiveram ainda presentes os Presidentes de Junta de S. João de Souto, Miguel Miranda, da Cividade, Luís Macedo, de Fradelos, João Carlos Martins, de Lomar, Manuel Dias, de Fraião, António Machado, de Sobreposta, Alexandre Vieira, de Priscos, Carlos Alberto Sá e de Palmeira, João Russel, bem como Jacinto Lanços da Junta de Freguesia de S. Lázaro, tendo também marcado presença Jorge Pires, membro da Assembleia de Freguesia de S. Vicente e candidato pela Coligação.

A desilusão com o tratamento a que a Câmara os tem votado, numa atitude discriminatória reveladora de “intolerância democrática” e a inércia na resolução de problemas sociais graves foram tópicos recorrentes nas queixas de muitos dos autarcas presentes.

Também o governo socialista não foi poupado às críticas, dados os cortes, em média de 16%, a que as juntas urbanas foram sujeitas em sede de Orçamento de Estado, tratando-se de uma decisão absolutamente inadmissível por atentar contra a própria sustentabilidade daquelas.

Convictos na mudança, exortaram o candidato a continuar o bom trabalho,

“reconhecido por cada vez mais bracarenses”. Comprometendo-se a lutar com todas as forças para a vitória de Ricardo Rio nas eleições autárquicas, reafirmaram total disponibilidade para garantir, ao lado do candidato, “a derrota de um poder decrépito e sem ideias”. - Gab. Aut. “Juntos por Braga”

Atitude Escandalosamente Passiva e Omissa

O Candidato à Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, visitou recentemente a Freguesia de Ferreiros, acompanhado dos eleitos pelo PSD para a Assembleia de Freguesia de Ferreiros.

Ao longo da sua visita, foram destacadas duas obras cuja gestão, por parte da actual Junta de Freguesia, apresenta incongruências nos princípios que regeram a sua execução.

O alargamento da Rua da Ventosa trata-se efectivamente de uma obra que representa um desenvolvimento local ao nível das acessibilidades. O actual Presidente da Junta, João Costa, regozija-se com a sua grandiosidade, designadamente, o alargamento da rua para 6m e construção de passeios. Ora, será importante recordar que as ditas obras apenas beneficiaram cerca de 140m da extensão da rua que tem, aproximadamente, 900m no seu total. Toda a restante extensão da Rua da Ventosa, cerca de 700m, foi objecto de uma importante beneficiação no mandato anterior de Gervásio Alves (Coligação Juntos por Braga).

Esse troço da Rua da Ventosa, entre o Largo da Gandra e a Rua do Bairro, foi totalmente pavimentado com tapete de betuminoso, tendo recebido as infra-estruturas necessárias, a saber, uma nova conduta de águas pluviais, a rede de saneamento e o gás canalizado, durante o mandato anterior.

O troço agora em beneficiação, numa extensão de apenas 140m, abrange uma vasta área de terrenos privados, a Sul, beneficiando desta forma, quase exclusivamente os seus proprietários. Só desta forma, a nova urbanização nesse local será possível de implantar com custos reduzidos, uma vez que a Junta de Freguesia já providenciou as infra-estruturas, que, de outra forma, seriam da responsabilidade dos proprietários.

Mais, em continuação da Rua da



Ventosa, o cenário é o mesmo. A Junta de Freguesia apenas beneficia a Rua António Brandão Pereira em cerca de 50m.

Consideramos estar perante um claro benefício de interesses particulares, ou seja, estamos perante o cumprimento das promessas eleitorais feitas a particulares em detrimento do que se poderia fazer na mesma artéria beneficiando um número muito mais elevado de habitantes e transeuntes.

Assim, em contrapartida, na mesma rua e no outro extremo, junto à Quinta da Gandra, verifica-se o total estrangulamento da via, agravado por uma obra particular, fazendo com que a Rua da Ventosa seja cada vez mais intransitável. Tratando-se do principal acesso à futura Igreja de Ferreiros e ao novo Centro Empresarial (junto ao lugar da Ventosa), a mesma obra não permite a passagem de dois veículos ligeiros em simultâneo e a do autocarro faz-se com extrema dificuldade (ver fotografias em anexo). Assim, esta zona encontra-se constantemente congestionada, com tendência a agravar-se no futuro.

Para além disso, no lugar referido, está em construção um Equipamento Social Particular. Já o anterior executivo, liderado por Gervásio Alves, se manifestou a favor da implantação do mesmo desde que fossem garantidas as acessibilidades e criadas condições para a paragem temporária de veículos. Dessa feita, o projecto teve, nessa altura, parecer negativo, reconhecido pela Câmara Municipal, devido às más condições de acessibilidade.

Os pais, previsivelmente, não terão onde estacionar os carros e, deste modo, não proporcionarão um acesso seguro dos seus filhos ao Equipamento, dificultando e congestionando ainda mais o trânsito nesse estrangulado ponto.

Todavia, este local da mesma Rua da Ventosa parece não merecer a mesma atenção do actual executivo da Junta. Efectivamente, a actual junta deferiu favoravelmente o mesmo projecto, fazendo com que a Câmara Municipal o aprovasse.

Será que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia sabem mesmo o que querem? Será que os interesses destes se podem substituir ao bom senso e à lógica de benefício de toda uma significativa parte da população da freguesia que cruza essa artéria diariamente?

Questionado sobre o assunto, na penúltima sessão da Assembleia de Freguesia, o Presidente da Junta, João Costa, afirmou que "...não é possível proceder ao alargamento da Rua da Ventosa nesse local, pelo facto da casa da Quinta da Gandra e do murro exterior serem classificados como "Património". Daí não haver a possibilidade de se poder "mexer" no murro.

Ora, então se é "Património", porque abriram um novo portão de acesso, contíguo ao existente, necessitando para o efeito de derrubar "Património Classificado"?

Os eleitos do PSD estarão atentos a estas, como a outras incongruências, assim como aos diversos e constantes erros de gestão dos dinheiros públicos da actual junta. Tendo pedido publicamente as cópias dos documentos em que a Câmara e a Junta emitiram estes pareceres que agora viabilizaram a obra,

na penúltima sessão da Assembleia de Freguesia, os mesmos eleitos viram o seu legítimo pedido negado pelo Presidente da Junta, alegando, pasme-se, que "se quiséssemos os documentos os pedíssemos na Câmara".

Esta resposta foi dada pelo Presidente da Junta na sessão da Assembleia de Janeiro último, que se realizou extraordinariamente nessa data após denúncia insistente por parte dos eleitos pelo PSD,

que levou a que o Executivo da Junta se visse obrigado a retirar da Ordem de Trabalhos da sessão de Dezembro uma rectificação ao orçamento de 2008, repleta de erros e valores contraditórios, cheio de atropelos e pondo em causa o orçamento inicial. Esta revisão foi agora aprovada em Janeiro apenas com os votos do PS, tendo votado contra o PSD e a CDU optado pela abstenção, fazendo com que a Presidente da Assembleia tivesse que usar

do voto de qualidade para fazer passar a rectificação ao orçamento.

O PSD apela deste modo a que os Ferreirenses participem activamente nas Assembleias de Freguesia para assistirem e denunciarem outros casos e tomarem conhecimento do estado de desgoverno em que se encontra a Freguesia.

- Os eleitos do PSD em Ferreiros (Braga)

Notícias de Barca d'Alva/ Figueira de Castelo Rodrigo

Construção de Passeio Ribeirinho vai ligar Rio Douro à foz do Águeda

As obras de construção do passeio ribeirinho, na margem esquerda do Rio Douro, em Barca d'Alva, já se encontram em fase de conclusão. Esta intervenção levada a cabo pela autarquia Figueirense tem por objectivo criar em Barca d'Alva mais uma excelente zona de lazer com vista panorâmica sobre o Rio Douro, complementando assim a beleza desta localidade inserida no Parque Natural do Douro Internacional, ao mesmo tempo que revitaliza um antigo caminho que vai desde o cais turístico-fluvial à Ponte Internacional que liga Portugal a Espanha. São cerca de dois mil metros de percurso pedestre que vão permitir aos residentes e aos muitos milhares de turistas que passam por Barca d'Alva, o contacto com a natureza, podendo contemplar de bem perto, os Rios Douro e Águeda, que correm mesmo ali ao lado.

Este projecto contempla áreas para a prática de actividades físicas e de lazer e ainda um circuito para a prática de BTT. Ao longo do percurso, está prevista a plantação de várias árvores de pequeno porte, características da região, assim como serão também colocados bancos de granito e construídas duas pérgulas em madeira.

Face aos investimentos levados a cabo pela autarquia figueirense, Barca d'Alva é hoje um importante pólo para o desenvolvimento turístico da região, onde desembarcam anualmente no cais turístico-fluvial cerca de quarenta mil turistas, vindos dos cruzeiros efectuados no Douro.

Esta localidade possui ainda magníficas paisagens naturais, tornando-se mais bela pelo bonito panorama que conferem as amendoeiras em flor, nos meses de Fevereiro e Março.

Figueira de Castelo Rodrigo promove Festa da Amendoeira em Flor; Paisagens Naturais atraem milhares de turistas ao Concelho

O anúncio da Primavera faz-se sentir um pouco por todo o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, com o florescer das amendoeiras. As paisagens naturais conduzem a uma nova vida aos campos figueirenses, tornando-os mais coloridos, salpicados com o branco e o rosa desta



pequena mas bela flor da amendoeira.

Por esta altura, Figueira de Castelo Rodrigo espera milhares de forasteiros, que entusiasmados pelos primeiros raios de sol e pela natureza em festa, procuram nestas paragens, a gastronomia, o património histórico e paisagístico, a hospitalidade e a tradição destas gentes de Riba-Côa.

Com o lema "Figueira de Castelo Rodrigo – Onde a Primavera acontece mais cedo!", a autarquia Figueirense associa-se uma vez mais, à festa da Primavera, tendo preparado para o efeito, um vasto leque de iniciativas, que vão decorrer de 21 de Fevereiro a 8 de Março.

O primeiro dia de actividades terá início na manhã do dia 21 de Fevereiro, com a XI Rota da Amendoeira em Flor em Cicloturismo. À noite, pelas 22:00h, terá lugar um baile de Carnaval organizado pelo grupo de finalistas da Escola Secundária, animado pela banda MLZ. No dia 22 de Fevereiro, pelas 10:00h terá início a exposição de artesãos na Casa da Cultura, onde cerca de uma dezena destes artistas irá trabalhar ao vivo, para que os visitantes possam apreciar de perto estes labores manuais. À tarde, pelas 15:00h decorrerá na Casa da Cultura, um concurso e desfile de trajes de Carnaval. Ainda durante a tarde, haverá animação de rua com os grupos de Gaiteiros de Sendim e concertinas do Concelho de Figueira de

Castelo Rodrigo. Já no dia 28 de Fevereiro, pelas 21:30h está programada uma noite cultural no Auditório da Casa da Cultura. No dia 1 de Março, logo pela madrugada, terá lugar em Barca d'Alva a já tradicional "Feira do Almendro", que reúne milhares de portugueses e espanhóis naquele lugar fronteiriço. As actividades continuarão no fim-de-semana seguinte. Assim sendo, no dia 7 de Março, pelas 15:00h terá lugar o XVII Grande Prémio de Atletismo "Amendoeira em Flor", e em simultâneo irá decorrer também um passeio pedestre pelas belas paisagens do concelho. Nesse mesmo dia, pelas 21:30h, há ainda oportunidade de assistir no Salão dos Bombeiros Voluntários Figueirenses, a um espectáculo de revista à portuguesa intitulado "Ai Povo... que os pariu", pelo Teatro Sá da Bandeira, que certamente irá proporcionar bons momentos de alegria e diversão. As actividades continuarão no dia 8 de Março, pelas 10:00h, no largo da feira com jogos tradicionais.

Itinerários a percorrer

O concelho de Figueira de Castelo Rodrigo tem muito para oferecer a quem o visita por esta ocasião: o seu património arquitectónico e as suas magníficas paisagens encontram-se dispersos pelas 17 Freguesias que compõem este concelho. Para desfrutar em toda a plenitude, muitos são os itinerários que poderá percorrer.

Tome como ponto de partida a Vila de Figueira, de onde poderá subir ao alto da Serra da Marofa e à Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo. Descendo um pouco, não deixe de ir até ao nobre e majestoso Convento de Santa Maria de Aguiar. A partir do mesmo local, poderá ir até Escalhão, descer ao paradisíaco lugar de Barca d'Alva, parar uns minutos no Miradouro Natural do Alto da Sapinha e apreciar o enlace perfeito entre a montanha e o rio.

Em Barca d'Alva aproveite para visitar o Cais Turístico, paragem obrigatória para todos os que viajam pelo Douro.

Terra de gentes afáveis e hospitaleiras, onde a tradição gastronómica garante uma abundante refeição bem regada pelos saborosos vinhos da região, muitos são os motivos para que saia de casa e se deixe contagiar pela beleza deste Concelho e das suas gentes. - CPS/PSD-F. de C. R.

Notícias de Sintra

Investimento de 30 Milhões em Educação

O Município de Sintra assinou com o Ministério da Educação um conjunto de acordos de colaboração para a construção e/ou ampliação de cinco escolas básicas no concelho de Sintra, obras que deverão cifrar-se nos 20 milhões de euros, estando ainda previsto um investimento no parque escolar de cerca de 30 milhões inteiramente a cargo da autarquia. No total, serão investidos 50 milhões de euros.

A cerimónia realizou-se no dia 11 pelas 10.30 horas, na Escola EB 2.3 Visconde Juromenha, com a Ministra da Educação e o Presidente da Câmara de Sintra.

Os acordos de colaboração em causa permitirão ao Município de Sintra substituir-se à Administração Central assumindo a construção, ampliação e requalificação e substituição de cinco grandes estabelecimentos de ensino de 2º e 3º ciclos, investimento que rondará os 20 milhões de euros e que permitirá o seguinte alargamento da capacidade da rede escolar de 2º e 3º ciclos do ensino básico:

- EB Colaride – Construção de raiz de uma escola com capacidade para 30 turmas em regime normal;

- EB Serra das Minas – Construção de raiz de uma escola com capacidade para 24 turmas em regime normal;

- EB Visconde Juromenha – Substituição integral e ampliação para 30 turmas em regime normal;

- EB Padre Alberto Neto – Requalificação integral e ampliação para 30 turmas em regime normal;

- EB Terrugem – Requalificação para EB 2.3/Secundária com 20 salas para o ensino secundário.

Além deste investimento, a suportar posteriormente pela Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, se-



rão ainda construídos três Estabelecimentos com Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico que permitirão igualmente promover o alargamento significativo da oferta na educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico da rede pública.

Ainda no âmbito do reordenamento da rede escolar de Sintra, a autarquia está a preparar a construção, ampliação e requalificação de um conjunto considerável de estabelecimentos de ensino, dos quais se destacam:

- construção da EB1/JI de Varge Mondar;

- construção da EB1/JI do Algueirão;

- construção da EB1/JI de Aqualva nº3;

- construção da EB1/JI do Cacém;

- reconversão da EB 2.3 da Sarrazola para Escola Básica Integrada com Jardim

de Infância;

- reconversão da Escola EB1 do Linho para Escola Básica com Jardim de Infância;

- reconversão da Escola EB1 Massamá nº 2 para Escola Básica com Jardim de Infância;

- reconversão da EB1 Cacém nº 2 para Escola Básica com Jardim de Infância;

- reconversão da EB1 de Arneiro dos Marinheiros em Jardim de Infância.

A totalidade de todas estas intervenções terá um custo de cerca de 50.000.000,00 € (cinquenta milhões de euros), dos quais cerca de 30 milhões de euros serão assumidos inteiramente pelo Município de Sintra.

A entrada em funcionamento destes estabelecimentos de ensino será gradual, prevendo-se que as Escolas EB 2.3, de

maior dimensão, entrem em funcionamento no ano lectivo 2010/11.

Polícia municipal com novos recursos

A Polícia Municipal de Sintra recebeu a 29 de Janeiro, na presença do Presidente da Câmara de Sintra, novo fardamento, novos cartões individuais de identificação e, sobretudo, um novo sistema de gestão de ocorrências.

Este novo fardamento reflecte a aposta, por parte da autarquia, de uma maior visibilidade policial que, como se sabe, é factor fundamental na prevenção de ilícitos e incividades. O novo cartão é simultaneamente biométrico (ou seja, permite a sua utilização no sistema de controlo de pontualidade e assiduidade da Câmara Municipal de Sintra) e está complementado da respectiva carteira com crachá da Polícia Municipal.

Na mesma cerimónia foi ainda apresentado um sistema de gestão de ocorrências, com geo-referenciação de recursos e base de dados de informação, concluindo-se, assim, um longo processo de modernização tecnológica ao nível informático.

A autarquia pretende dotar os 26 elementos da Polícia Municipal dos recursos necessários a uma força policial operacional, moderna, dinâmica e sobretudo próxima do munícipe.

Palácio da Vila (Palácio Nacional de Sintra) encerrado para manutenção

O Palácio Nacional de Sintra vai estar encerrado ao público durante cinco dias, para a realização de acções de manutenção. O encerramento vai até 20 deste mês, reabrindo no sábado, dia 21.

O Palácio encerra habitualmente, uma vez por ano, para que possa proceder-se à sua limpeza e conservação. - CM Sintra, Gab. Inf.





Notícias de Vila de Rei

Irene Barata apresenta Plano de Combate à Crise para Vila de Rei

Irene Barata, presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei, apresentou ao executivo, na última Reunião de Câmara, um Plano de Combate à Crise para o concelho de Vila de Rei, que visa minimizar os efeitos deste flagelo que abarca a sociedade à escala mundial, tendo sido este aprovado por unanimidade.

“A actual crise financeira e económica mundial, com graves repercussões no nosso país, tem gerado grandes dificuldades aos Vilarregenses, sejam comerciantes, empresários, empreiteiros, industriais ou trabalhadores dependentes, uma vez que conduziu ao encerramento de algumas actividades económicas destes e ao fecho de unidades industriais, aumentando assim o desemprego e a precariedade das condições de vida dos munícipes”, refere a edil.

Consciente desta situação e da urgência em tomar uma iniciativa, a autarquia elaborou um plano de incentivo à actividade empresarial e industrial do concelho de Vila de Rei, que procura, por um lado, apoiar as empresas e, por outro, a população no que diz respeito a gerar receitas e potenciar desta forma o consumo e a dinamização económica.

O Plano de Combate à Crise apresentado reúne, segundo Irene Barata, “um conjunto de medidas, com efeitos enquanto se registar a presente recessão económica e se entender a importância da sua vigência”, que visam estimular a construção civil – quer por parte dos promotores (particulares), quer por parte dos empreiteiros –, o comércio – através do apoio aos comerciantes – e dotar a população de mais recursos financeiros, potenciando o consumo e o investimento.

O Plano passa pela isenção e/ou redução de taxas, tarifas e serviços, mais concretamente:

1 – A não actualização das taxas e licenças prevista no artigo 11º do regulamento e tabela de taxas e licenças da Câmara Municipal de Vila de Rei, em função dos índices de inflação anuais publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

2 – Isenção do pagamento de licenças de utilização de edificações novas, reconstruídas, ampliadas ou alteradas:

- a) Para habitação;
- b) Para comércio, indústria e serviços;
- c) Para anexos e garagens;
- d) Alterações do uso de edificações licenciadas;
- e) Averbamentos.

3 – Isenção do pagamento da taxa geral a aplicar a todas as licenças de obras por período até 30 dias ou fracção.

4 – Isenção do pagamento de taxas especiais, quando devidas e pela realização de cada obra:

- a) Construção, ampliação, reconstrução ou alteração de muros de suporte, de vedações ou outras vedações definitivas ou provisórias confinantes com a via



pública;

b) Nos mesmos termos da alínea anterior, mas relativamente a obras não confinantes com a via pública;

c) Construção, ampliação, reconstrução ou modificação de telheiros, hangares, barracões, capoeiras e congéneres, quando de tijolo ligeiro;

d) Construção, ampliação, reconstrução ou modificação de terraços no prolongamento dos pavimentos dos edifícios ou quando servirem de cobertura utilizável em logradouro, esplanadas ou similares;

e) Construção, reconstrução, ampliação ou modificação de piscinas, tanques ou similares;

f) Modificação de fachadas dos edifícios incluindo a abertura, ampliação ou fechamento de vãos de portas, janelas, montras ou outras;

g) Obras de construção nova, ampliação, de reconstrução ou de modificação;

h) Construção de vias de acesso a veículos automóveis;

i) Pavilhões ou congéneres, instalados na via pública;

j) Demolições;

k) Corpos salientes de construção, na parte projectada sobre vias públicas, logradouros e outros lugares públicos sob administração municipal;

l) Abertura de poços, incluindo construção de resguardos;

m) Aterros ou escavações;

n) Terraplanagens e outras obras em zonas envolventes das edificações com projectos aprovados;

o) Isenção do pagamento devido pelo depósito da ficha técnica de habitação.

5 – Isenção do pagamento de taxas relativas a vistorias incluindo a deslocação e remuneração de peritos e outras despesas.

6 – Isenção do pagamento de taxas relativas a licenças de utilização de estabelecimentos comerciais.

7 – Isenção do pagamento de taxas relativas a publicidade quer seja luminosa, sonora, móvel ou outra.

8 – Isenção do pagamento de taxas por parte de expositores com sede

ou filiar no concelho de Vila de Rei, de stands de exposição, nomeadamente para a Feira de Enchidos, Queijo e Mel ou outro evento.

9 – Isenção do pagamento de taxas pela emissão e renovação de alvará, incluindo vistoria, de transportes de alu-guer de veículos ligeiros de passageiros.

*

De salientar o facto de que estas isenções não anulam a necessidade de licenciamento, devendo os requerentes continuar a proceder aos respectivos licenciamentos, estando contudo isentos do pagamento dos valores associados.

Com estas medidas, a autarquia vem prescindir de um conjunto significativo de receitas a favor da melhoria da qualidade de vida dos Vilarregenses, sendo que ao invés de as considerar como uma perda a Câmara encara-as como um investimento nos munícipes, às quais se associam outras acções já implementadas, como sejam:

- Apoio à recuperação de casas degradadas nos núcleos históricos das sedes de freguesia (projecto piloto);

- Concurso de ideias Vila + e as acções de formação que têm vindo a ser realizadas no âmbito do empreendedorismo;

- Isenção da derrama;

- IMI pelos valores mínimos legalmente estabelecidos;

- 2,5% de desconto no IRS a favor do contribuinte Vilarregense;

- Protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Vila de Rei e as IPSSs do Concelho;

- Cursos de Especialização Tecnológica ministrados pelo Instituto Politécnico de Leiria, Instituto Politécnico de Portalegre e Escola Superior de Hotelaria e

Turismo do Estoril;

- Unidades Modelares Certificadas de Curta Duração promovidas pelo NERCAB.

Por outro lado, a autarquia tem desenvolvido ao longo dos anos iniciativas inéditas que visam apoiar as famílias, através do apoio ao nascimento e casamento, creche, jardim-de-infância e ocupação de tempos livres gratuitos; apoio à promoção do emprego e empreendedorismo, através da disponibilização de lotes de terreno nas zonas industriais a 0,005€ m², água a preços reduzidos para comerciantes e industriais; promoção da habitação a custos controlados, quer através de lotes de terreno para construção, quer apartamentos para arrendamento; apoio aos mais desfavorecidos através da oficina doméstica (pequenos arranjos em habitações), apoio através do cartão jovem e cartão do idoso, de onde se destaca o apoio na comparticipação de medicamentos, transportes gratuitos dentro do concelho, apoio à realização de operações às cataratas e apoio à realização de tratamentos termais; e, a partir de 1 de Março, com a criação da Loja Social.

“Consideramos que o Plano de Combate à Crise, associado a estas iniciativas paralelas, constitui um pacote de acções animadores do tecido empresarial e da população em geral, permitindo aos Vilarregenses poupar importantes recursos financeiros que poderão ser canalizados para o consumo e sobretudo para o investimento.”, remata Irene Barata, acreditando que os momentos de crise, se bem aproveitados, poderão ser potenciadores, ao invés de desanimadores. - Gab. Imp. CM Vila de Rei



A proibição da Pesca Lúdica na costa vicentina algarvia

O deputado Mendes Bota acaba de interpelar o Governo sobre o Despacho Conjunto nº 143/2009, recentemente publicado, e que veio definir “os condicionalismos específicos ao exercício da pesca lúdica no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV)”.

Este diploma regulamentar vem, basicamente, introduzir normas limitativas da pesca lúdica, em especial do Sargo, nos municípios integrantes daquele Parque Natural, o que é um verdadeiro atentado à economia de subsistência, em nome de falsos argumentos, conforme sustenta o parlamentar algarvio, fazendo-se eco dos protestos que ouviu em Vila do Bispo.

Reproduzimos na íntegra a iniciativa de Mendes Bota:

Assunto: Exercício da pesca lúdica no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Destinatário: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

No passado dia 5 de Fevereiro foi publicada em Diário da República a Portaria – Conjunta, da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministérios da Defesa Nacional, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas – nº 143/2009, que veio definir “os condicionalismos específicos ao exercício da pesca lúdica no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV)”.

Este diploma regulamentar vem, basicamente, introduzir normas limitativas da pesca lúdica, em especial do Sargo, no concelho de Vila do Bispo. E fá-lo, desde logo, de uma forma bastante caricata: Baseando-se numa alegada necessidade de prevenir o esgotamento de recursos marinhos em virtude da existência de um excesso de praticantes, o Governo vem agora permitir a actividade dessa pesca entre as quintas-feiras e os Domingos, proibindo-a, por outro lado, nos restantes dias... Legitimamente, poder-se-á adivinhar que, no mínimo, o que irá suceder será, não uma diminuição do número de pescadores mas, antes sim, a sua concentração – perigosa! – nos dias que medeiam entre 5ª feira e o Domingo. E, desde logo, se coloca uma questão base de Justiça Relativa: Que direitos acrescidos têm, então, esses cidadãos relativamente aos seus conterrâneos que folgam dos seus trabalhos e obrigações entre a 2ª e a 4ª feira? Não deverão ser todos tratados de igual modo perante a lei?...

Porém, crescem, a este propósito, realidades muito mais sérias e profundas de um ponto de vista social e económico. É que, num momento em que o País atravessa uma grave crise económica e social, esta nova regulamentação vem afastar, de



vez, qualquer possibilidade de a população exercer – como o vinha fazendo até aqui - uma actividade que para alguns dos visados, sobretudo os idosos, vinha constituindo desde sempre um complemento alimentar e de subsistência, numa região onde, já de si, o emprego escasseia e na qual mais de metade da população vive com reformas e vencimentos mínimos. Isto para além de a pesca lúdica assumir uma forte relevância, em termos de receitas de turismo, para a economia do concelho de Vila do Bispo.

Num estudo da Universidade do Algarve pode ler-se que “em termos gerais, as capturas estimadas da pesca recreativa da costa apenas representam 0,5% dos desembarques oficiais da pesca comercial, relativamente às espécies consideradas para a área do estudo”. Assim sendo, não será, certamente, recortando uma proibição como o pretende fazer agora a aludida Portaria nº 143/2009 que se porá em risco a subsistência das espécies autóctones. A única espécie autóctone que parece ficar mesmo à beira do risco de sobrevivência – senão nele mesmo – é o munícipe de Vila do Bispo... E, já agora, porque motivo – e com que critérios de justiça relativa - são decretadas tais restrições para estes últimos cidadãos, enquanto aos seus vizinhos de Lagos, por exemplo, não é arbitrada qualquer limitação?... Acaso não poderão os recursos pelágicos vir a entrar em risco de esgotamento até por uma qualquer concentração/deslocação anormal da quantidade de pescadores lúdicos – em virtude destas novas proibições – de Vila do Bispo para Lagos?...

Finalmente, configura-se como, no mínimo, pouco transparente, desadequado procedimentalmente e, até, incorrecto juridicamente, emitir um diploma de natureza regulamentar sobre os “condicionalismos específicos ao exercício da pesca lúdica no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

(PNSACV)” no exacto momento em que decorre, também, a elaboração do projecto de Regulamento para a mesma área protegida.

Assim sendo, pergunto, através de V. Exa., ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição e do artigo 229º do Regimento da Assembleia da República, o seguinte:

1- Quais as avaliações – e os respectivos conteúdos científicos e quantitativos – em que o Governo se baseou para concluir que as espécies piscícolas do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), designadamente o Sargo, seriam postas em risco devido à pesca lúdica, nomeadamente, por aquela que é normalmente praticada no concelho de Vila do Bispo?

2- Foram, ou não, ponderados – e, se sim, em que termos – os potenciais efeitos perversos decorrentes das proibições de pesca em determinados dias da semana e não em outros? Que critérios científicos



estiveram na base dessa selecção de dias da semana?

3- Estão pensadas, pelo Governo, algumas medidas para reprimir os potenciais efeitos nefastos decorrentes das concentrações de mais pescadores em certos dias da semana e, muito provavelmente, em municípios limítrofes daqueles que são agora alvo de proibições e de restrições?

4- Equacionou o Governo algumas medidas para acudir ou compensar as consequências sociais e económicas, para os habitantes dos municípios abrangidos pelo PNSACV, decorrentes da entrada em vigor da Portaria nº 143/2009? Em caso afirmativo, quais são elas?

5- Qual a estratégia de fundo do Governo para preservar os recursos pelágicos do PNSACV? - José Mendes Bota

Terceira reunião das “Mulheres Sociais-Democratas do Algarve”

No passado dia 7 decorreu em Tavira a terceira reunião do Secretariado Distrital do Movimento das Mulheres Sociais-Democratas do Algarve (SDMMSDA), sob a direcção da coordenadora distrital Antonieta Guerreiro.

No final da reunião as mulheres, membros daquele secretariado, oriundas dos vários municípios do Algarve, participaram no Palácio Galeria, na inauguração da exposição do artista plástico, Renato Cruz, intitulada “Rinoceronte” e visitaram a exposição – “Tavira: Patrimónios do Mar”.

O dia terminou com uma tertúlia organizada pelo Grupo de Apoio Jurídico do SDMMSDA, subordinada ao tema “A Lei da Paridade e os desafios eleitorais”. Foi na presença de cerca de quatro dezenas de militantes e simpatizantes do PSD, maioritariamente mulheres, que a jurista Maria do Carmo Conceição, coordenadora do núcleo de Olhão e membro da Comissão Política Distrital, dissertou sobre esta Lei focando os seus aspectos positivos e negativos, bem como as excepções à Lei.

Salienta-se a presença da vice-presidente e coordenadora do núcleo de Tavira, do presidente do PSD/ Algarve e do presidente da autarquia local, respectivamente, Elsa Cordeiro, Mendes Bota e Macário Correia.

Coube a Mendes Bota, sob o ponto de vista parlamentar, dissertar sobre a Lei da Paridade. De entre os vários pontos abordados, salientam-se dois:

«Considero espantoso que muitas das vozes que se ergueram contra a Lei da Paridade, passem à margem da alínea h), do artigo 9º da Constituição da República Portuguesa, e ignorem que dentro das tarefas fundamentais do Estado, está precisamente a promover a igualdade entre homens e mulheres. No fundo, o que a Assembleia da República fez, mais



não foi do que cumprir o imperativo constitucional, e aqueles que se lhe opõem, fazem-no em flagrante desrespeito pelo documento fundamental do Estado de direito democrático que é Portugal.

«É que, quando entramos no acesso a lugares onde só se chega por nomeação política dos directórios partidários, é aí

que reside o nó górdio da desigualdade de género, que importa desatar sob pena de nunca atingirmos o objectivo constitucional da igualdade entre homens e mulheres. E é aí, que esta Lei é um instrumento precioso para obrigar os partidos políticos a alterar os seus comportamentos. É essa a tarefa fundamental do Estado nesta

questão. Tomar medidas positivas para atingir um objectivo da sociedade como um todo.»

A anfitriã, Elsa Cordeiro, encerrou a tertúlia colocando a tónica na importância da mulher na política, nas suas potencialidades, desafios que se lhe colocam e dificuldades que por vezes enfrentam na

conciliação da vida profissional e familiar. É pois objectivo dos núcleos atrair mulheres que possam trazer know-how para o movimento e para a vida pública. «...todas somos precisas, sendo necessário força de vontade, apoio familiar e muita determinação», disse a terminar. - Fontes: Gab. Imp. PSD/Algarve e “Lusa”

Notícias do Porto

A Câmara apresentou Estratégia para a Sustentabilidade

A Câmara Municipal do Porto (CMP), juntamente com a Agência de Energia do Porto, apresentou hoje, no Pequeno Auditório do Rivoli Teatro Municipal, a Estratégia para a Sustentabilidade da Cidade do Porto.

Esta apresentação, inserida na 3ª edição da European Union Sustainable Energy Week 2009 (EUSEW 2009), que decorreu de 9 a 13 de Fevereiro, contou com as presenças do Presidente da CMP, Rui Rio, da Conselheira Principal do Presidente da Comissão Europeia, Maria da Graça Carvalho, e do Presidente do Conselho de Administração da Agência de Energia do Porto, Eduardo de Oliveira Fernandes, a quem coube a apresentação formal e detalhada do documento.

O estudo agora apresentado tinha sido encomendado pela autarquia à Agência de Energia, no âmbito da assinatura do Pacto dos Autarcas, acto que decorreu no passado dia 10 de Fevereiro, em Bruxelas, e em sintonia com os compromissos assumidos junto da Comissão Europeia.

De acordo com o Presidente da CMP, o documento contempla não só o diagnóstico da situação em termos energéticos, como também algumas recomendações quanto aos principais vectores em que deve assentar o desenvolvimento sustentável da cidade, tendo como referência as melhores e mais adequadas práticas adoptadas a nível internacional.

Objectivos e prioridades

A “Estratégia para a Sustentabilidade da Cidade do Porto”, elaborada com base em estudos realizados por diversas entidades e discutido com muitas personalidades do mundo académico e empresarial, tem como objectivo primeiro “tornar-se num instrumento de referência no que respeita à implementação de políticas

concertadas e de planos de acção para a cidade, perspectivando uma equitativa e coerente interligação dos três níveis de actuação do desenvolvimento sustentável: o ambiental, o social e o económico”.

Como outros objectivos apontados, igualmente relevantes, Rui Rio destacou a promoção de uma cidade que privilegie os valores ambientais nas suas várias dimensões em termos locais, regionais e globais, bem como a promoção do desenvolvimento social, com especial enfoque na habitação, na assistência na saúde e à terceira idade, na educação e no emprego.

Finalmente, sublinha-se a necessidade da criação de condições de atractividade para a fixação de empresas de valor acrescentado, criativas, com potencial de emprego qualificado e geradoras de um clima de inovação e de progresso tecnológico e de produtividade.

Exemplos concretos do que deve ser feito e medidas já em curso

À luz do documento e no âmbito das medidas a desenvolver na cidade, Rui Rio enfatizou, entre outros aspectos, a promoção da reabilitação urbana do Centro Histórico, como uma forma de contribuir para a valorização do património e para a animação do centro urbano.

A redução de percursos de transporte individual motorizado e a afirmação do Porto como Cidade Educadora, de Inovação e de Ciência foram, também, outras vertentes valorizadas pelo autarca, de acordo com o conteúdo do documento.

Entretanto, algumas medidas de índole ambiental que se enquadram no programa agora divulgado têm vindo a ser adoptadas. O Presidente da CMP salientou, entre outras, a iminente instalação de cinco mil metros quadrados de painéis solares em bairros sociais da



cidade, a entrada em funcionamento de um Observatório para a Sustentabilidade Energético-Ambiental dos Edifícios da Cidade do Porto e a realização de auditorias energéticas nos edifícios municipais.

A concluir, destacou “a absoluta necessidade” de articulação intermunicipal de políticas referentes à sustentabilidade. “Todas as questões relacionadas com o ambiente, as questões sociais e o desenvolvimento económico não reconhecem as estritas fronteiras municipais”, afirmou Rui Rio.

Presidente da CMP assinou “Pacto dos Autarcas”

O Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, assinou esta terça-feira, em Bruxelas, o Pacto dos Autarcas no âmbito da European Union Sustainable Energy Week 2009 (EUSEW).

A proposta de adesão do Porto ao “Pacto dos Autarcas”, promovido pela Comissão Europeia, foi aprovada por unanimidade pelo Executivo da autarquia portuense, depois de, no início de 2008, a cidade ter sido pioneira na manifestação de intenção de subscrever este compromisso.

O “Pacto dos Autarcas” é considerado o desafio mais ambicioso na luta contra o aquecimento global lançado pela Comissão Europeia. As cidades europeias aderentes têm como principal objectivo a redução das emissões de CO2 em mais de 20% até 2020, graças a medidas no domínio da eficiência energética e da promoção de energias renováveis vertidos em planos de acção para a energia sustentável.

Assumindo as suas responsabilidades neste domínio, a Câmara Municipal do Porto liderou a criação da Agência de Energia do Porto (AdEPorto). A AdEPorto e a CMP apresentaram, em Março de 2008, a Matriz Energética do Porto onde são identificadas as vias para a redução da captação de CO2 que se prevê possa ser de 35% até 2020.

O Presidente da CMP sublinhou que “a Europa está a dar um contributo para a Humanidade e o Porto procura dar esse contributo para a Europa também”, através de medidas que também já estão a ser levadas a cabo, apontando como uma das prioridades da autarquia a troca de electricidade por gás natural.

Rui Rio apontou também como exemplo do empenho do Executivo municipal no combate às alterações climáticas a criação de um observatório junto do Departamento de Urbanismo para aferir a qualidade das edificações.

Entre medidas já executadas, o Presidente da CMP realçou o “projecto excepcional” que representou o Metro, não só do ponto de vista da mobilidade, mas também ambiental, “porque tirou carros e autocarros da rua”.

Para além do Porto, o “Pacto dos Autarcas” foi assinado também pelas autarquias de Almada, Aveiro, Cascais, Ferreira do Alentejo, Guarda, Lisboa, Moura e Vila Nova de Gaia.

Ainda no âmbito da EUSEW, enquanto evento descentralizado, a AdEPorto e a CMP irão, brevemente, apresentar a Estratégia para a Sustentabilidade da Cidade do Porto que constituirá um útil instrumento para a mobilização da cidade na prossecução daquele objectivo. - Gab. Imp. CMP



PSD quer “as verdades” da via Vitorino Nemésio, na Terceira

O PSD/Açores pediu hoje ao governo regional “justificações para o atraso sofrido na execução das obras em curso na via Vitorino Nemésio”, uma empreitada que tem sofrido “sucessivos avanços e recuos”, sentindo os terceirenses “os incómodos causados e, sobretudo o perigo e a falta de segurança da via”, factores “particularmente acentuados durante a noite, com o nevoeiro e com a chuva própria desta altura do ano”.

Segundo um requerimento enviado à assembleia legislativa pelos deputados Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura, é “urgente saber se o atraso verificado é da responsabilidade do governo regional ou do consórcio de empresas ao qual foi adjudicada a referida empreitada”, uma vez que “para além da grande importância daquela via na ligação Angra/Praia”, também a falta de segurança existente “é notória” na obra.

“O piso escorregadio, as valas e os buracos profundos, deficiente sinalização e a existência de pedras e outros obstáculos na via” vão provocando transtornos “sem que sejam assumidas responsabilidades, quer por parte do empreiteiro quer por parte do dono da obra”, dizem os social-democratas, que querem saber “qual a data previsível para a conclusão da empreitada”, lê-se no requerimento.

Recordando que o PS, no seu manifes-

to eleitoral para 2000, prometia “proceder à reabilitação da via-rápida, criando condições de segurança e de eficácia para a circulação do gado com veículos automóveis”, os deputados enunciam as movimentações da tutela, “ao longo de oito anos”, dizendo mesmo que “a cada vez que visitava a Terceira, o secretário regional das obras públicas anunciava a grande intervenção ao nível da reabilitação e iluminação da estrada”, explicam.

“Desde o plano a médio prazo 2001-2004 até ao anúncio, por parte de um dirigente local do PS, de um estudo encomendado pelo governo para a reformulação da estrada”, acrescentam os parlamentares, só “em Fevereiro de 2005 o governo assumiu um investimento de 25 milhões de euros na via em causa”, relembram, num documento onde também querem saber “o custo real da actual empreitada”.

E, seguindo o descrito no requerimento, em Abril de 2005, anunciou-se “como concluído o estudo de reabilitação da via, prometendo a sua reforma profunda até ao final da legislatura, terminada em Outubro passado”, dizem os deputados laranja, acentuando que “o concurso público para as obras foi lançado em Novembro de 2005, com um prazo de execução de 20 meses”, ao que se seguiu o contrato de concepção/construção,

assinado “apenas em Janeiro de 2007 e com um prazo de obra de 600 dias, ou seja a obra deveria estar feita até 15 de Outubro passado”, concluem.

Os deputados solicitaram também, através do seu requerimento, os autos de medição dos trabalhos contratuais e dos trabalhos a mais, os relatórios de fiscalização da obra e ainda os mapas de execução financeira de execução dos trabalhos.

Incumprimento do governo adia solução para habitação degradada

O PSD/Açores considerou hoje que o incumprimento da promessa de construção do aldeamento dos Milagres, nos Arrifes, em São Miguel, anunciada pelo governo regional em 1997, está a adiar a resolução do problema da habitação degradada na freguesia.

“Num período difícil, poderia fazer-se algo em favor das famílias. Se este projecto já estivesse em execução seria uma boa resposta em matéria de realojamento e de resolução do problema da habitação degradada”, afirmou António Marinho, líder parlamentar social-democrata, no final de uma visita aos Arrifes dos deputados do partido eleitos por São Miguel.

O presidente do grupo parlamentar



do PSD/Açores salientou que o problema da habitação degradada “é admitido pelo próprio governo, mas tarda em ser resolvido”.

António Marinho acrescentou que a resolução do problema da habitação degradada, em conjunto com um programa de apoio complementar de apoio à aquisição de habitação própria, a apresentar brevemente pelo PSD/Açores, pode ser “uma boa solução em tempo de crise” para as famílias açorianas.

Autoridades “mantém silêncio” sobre exploração ilegal de inertes

O PSD/Açores quer saber qual a recuperação ambiental que o governo regional tem prevista para a zona afectada “por uma exploração ilegal de inertes, denunciada o ano passado, na freguesia dos Biscoitos, na Ilha Terceira”, uma situação “em que a tutela devia ter assumido a culpa que lhe cabe em todo o processo” diz uma nota do partido divulgada hoje.

Segundo um requerimento enviado à assembleia legislativa pelos deputados Carla Bretão, Clélio Meneses e António Ventura, é “urgente saber em que fase se encontra o processo de contra-ordenação levado então avante” e “quem será o responsável pela sua execução”, uma vez que o assunto “não viu ainda divulgada a decisão final por parte das autoridades regionais”, explicam.

Os deputados acusam a tutela de “ao decidir avançar com a reabilitação da via Vitorino Nemésio, uma obra pública de dimensão considerável”, ter dispensado o estudo de impacto ambiental que era afinal “o meio adequado para se calcular a quantidade de inertes necessária para a obra”, e que teria avaliado “se o número de pedreiras licenciadas na Terceira teriam capacidade de resposta às futuras necessidades, o que se provou não acon-





tecia”, explica Carla Bretão.

“Houve uma clara ausência da visão estratégica definida em intervenções públicas pelo presidente do governo”, diz a deputada do PSD, pois “apesar da secretaria regional do Ambiente ter actuado no sentido de abrir um processo de contra-ordenação a uma prática ilegal”, fica a certeza de que o executivo “não cumpriu o seu papel, dada a ausência de

integrando com equilíbrio os factores ambientais, económicos e de dimensão social”, uma vez que “a sua incúria propiciou a exploração ilegal de inertes e contribuiu para a destruição de espécies protegidas”, concluem.

Certificação energética “faz parar” ilhas mais pequenas

O PSD/Açores denunciou hoje a falta de técnicos habilitados na região “para efectuar a emissão da recentemente exigida certificação energética de edifícios”, uma obrigação “que entrou em vigor no início deste ano”, sendo que essa carência está “a inviabilizar ou a atrasar a venda e a construção de imóveis, assim como a sua locação ou arrendamento em sete ilhas da região”, explica uma nota de imprensa.

O assunto motivou um requerimento, enviado à assembleia legislativa pela bancada social-democrata, que quer saber se o governo regional “está consciente das dificuldades geradas pela nova exigência”, nomeadamente ao nível das ilhas mais pequenas, e salientando que, nos Açores, apenas existem “sete técnicos credenciados para o efeito, estando cinco deles em São Miguel e dois na Terceira”, explicam.

Segundo o deputado João Bruto da Costa, o primeiro subscritor do documento, a actual directiva comunitária “originou a obtenção de um certificado obrigatório, e que tem um custo mínimo de 450 euros”, sendo que “não existe, em sete ilhas da região, pessoal habilitado para fazer a referida certificação”, o que vai acarretar custos e despesas acrescidas “a quem efectua negócios no sector imobiliário nessas mesmas ilhas”, esclareceu.

O social-democrata explica que é “urgente saber que medidas o executivo está a preparar para minimizar o efeito da medida”, uma vez que esta foi uma tomada “de forma faseada, pelo que a tutela tem a plena obrigação de conhecer bem a situação vigente” e que é, segundo o parlamentar, “discriminatória para a

realidade de sete ilhas, entre elas as chamadas da coesão, cuja especificidade tem de ser tida em conta”, disse.

O requerimento apresentado pela bancada laranja refere também que se espera “não ter sido este mais um esquecimento por parte do governo regional”, recordando que a actual situação está a prejudicar as referidas ilhas e não se pode prolongar mais no tempo”, disse ainda João Costa, que aguarda por “uma solução rápida e eficaz para a questão”, concluiu.

Geotermia “sem avanços” na Terceira

O PSD/Açores interrogou o governo regional sobre a prospecção levada a cabo pela “GeoTerceira”, que visa a produção de energia geotérmica na ilha Terceira, querendo os seus deputados saber “quantos furos de prospecção para já foram realizados até à presente data” e se existem “estudos de impacto ambiental” sobre os mesmos.

As questões estão inscritas num requerimento, que os parlamentares António Ventura, Carla Bretão e Clélio Meneses enviaram hoje a assembleia legislativa, e onde os mesmos pedem, “mediante os resultados até agora obtidos nos poços de prospecção” a confirmação “da viabilidade para a produção de energia geotérmica na Terceira”, explicam.

Recordando que o governo regional “anunciou o início efectivo da produção para finais de 2006, e que tal não se verificou”, e acrescentando que os Açores “devem assumi-la como um dos objectivos de combate à crescente dependência de energias próprias renováveis”, o deputado António Ventura considera que estas serão questões “de resposta urgente”.

“A energia geotérmica constitui um recurso endógeno muito importante para a região, e que pode contribuir, decisivamente, para a maior autonomia energética”, salienta o social-democrata, referindo que “o projecto da “GeoTerceira” começou em 2000, com estudos geofísicos, pelo que, oito anos passados, importa fazer um balanço do que foi conseguido”, afirma.

O documento entregue à assembleia recorda também que “em Maio de 2006 foi assinado o contrato de prospecção, para ensaio e avaliação de dois poços, entre a “Geoterceira” e a empresa sondadora “Iceland Drilling”, tendo a tutela anunciado “que os resultados dos citados poços seriam conhecidos nos primeiros meses de 2007”, e que estes “determinariam a viabilidade da produção de energia geotérmica na Terceira”.

Posteriormente, acrescenta o deputado laranja, foi anunciado “que todo o processo estava atrasado e, como tal, a central não estaria concluída em 2009, conforme previsto”, não tendo sido sequer “avançadas datas para a sua entrada em funcionamento”, diz António Ventura.

Assim, e para além da contabilidade actual de furos de prospecção já feitos, os deputados do PSD querem saber “quantos ainda serão realizados” e se, com resultados positivos à sua execução, “para quando está prevista a entrada em funcionamento da central geotérmica da Terceira” e “que capacidade produtiva a mesma terá”, questionam. - Gab. Imp. PSD/ALRA



uma política antecipativa, que resultou em graves prejuízos para o Ambiente e deu lugar um aproveitamento empresarial indesculpável”, esclarece a deputada social-democrata.

Enquanto solicitam toda a documentação sobre o processo em curso, os deputados laranja reforçam que “uma vez mais, existiram práticas governativas contraditórias ao afirmado em discursos de circunstância” e, neste caso, “o governo regional demitiu-se da sua função de cumprir um modelo de desenvolvimento



Da JSD de Arouca

Presidente da Câmara desvaloriza opinião dos jovens

Os Conselhos Municipais de Juventude tiveram o seu regime jurídico aprovado, em 09 de Janeiro do presente ano, em plenário da Assembleia da República.

Não pretendemos, neste comunicado, dar a conhecer os seus objectivos e competências ou dar qualquer destaque ao seu interesse, quer no contexto associativo/cultural, quer no contexto político/económico. Também não pretendemos, por agora, aprofundar o conteúdo da lei que os aprova. O que pretendemos é lamentar a posição assumida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arouca.

Felizmente que a Assembleia da República reconheceu o seu interesse. Os Conselhos Municipais de Juventude foram aprovados e a sua implementação tornou-se obrigatória, por força da lei, porque, caso contrário, o Município de Arouca nunca os aceitaria, apesar da JSD os ter proposto, em discussão, em 2006, em reunião da Câmara, através dos vereadores do PSD.

Houve Municípios que os fizeram aprovar, por deliberação dos seus Executivos Municipais (mesmo antes da Assembleia da República), mas o Município de Arouca não só rejeitou a sua discussão a 21 de Fevereiro de 2006 como, ainda hoje, o seu Presidente põe em causa a importância destes Conselhos Municipais, na discussão dos interesses da região, conforme notícia do Jornal “Discurso Directo”, de 06 de Fevereiro.

Arouca continua a andar a reboque, nunca consegue tomar a dianteira. Há quem continue a fazer a política do comodismo, dos interesses instalados sem perspectivas de desenvolvimento integrado e integral, onde o exercício da cidadania, por vezes, só é dado aos jovens, por imposição da lei.

Os Conselhos Municipais de Juventude, felizmente, serão implementados e, em Arouca, não serão excepção. Os jovens da JSD, e os jovens Arouquenses, sentir-se-ão estimulados a envolverem-se em actividades que dizem respeito ao progresso da sua terra, da sua cultura e do bem-estar das suas gentes.

Para a JSD, o Conselho Municipal de Juventude de Arouca não terá apenas uma função consultiva, mas saberá emitir pareceres e terá um papel activo e preponderante na discussão dos interesses de Arouca, das suas gentes e, muito especialmente, dos problemas que afectam as camadas jovens. No Conselho Municipal de Juventude, a JSD dará a conhecer aos órgãos autárquicos os seus anseios, preocupações e perspectivas de futuro, na defesa dos interesses que lhe estão adjacentes. Assim o Sr. Presidente da Câmara de Arouca deverá aceitar o Conselho Municipal de Juventude como forma de melhor conhecer os jovens de Arouca e, com eles, abrir novos rumos de progresso e de democracia. - JSD Arouca



Comunicado da JSD de Palmela sobre o funcionamento dos Conselhos Municipais de Juventude



No passado dia 09 de Janeiro foi aprovado, em sede de Plenário da Assembleia da República, o texto de substituição que irá regular o funcionamento dos Conselhos Municipais de Juventude, e entrará em vigor no dia 1 de Fevereiro deste ano, tendo os Municípios, 6 meses para adaptar ou criar o referido órgão.

Estes Conselhos são órgãos de apoio, informação e consulta, junto das Câmaras Municipais, compostos pelas organizações juvenis de cada município. São importantes fóruns de debate, de troca de opiniões e experiências, de exposição e resolução de problemas, e de formulação de políticas de juventude municipais.

A JSD Palmela tendo apresentado uma moção em sede de Assembleia Municipal, que visava a criação deste órgão para o Concelho, vem repudiar com veemência a atitude passiva do executivo municipal no que à relevância deste tema concerne, visto tratar-se de um órgão de vital importância para a dinamização da (inexistente) política de juventude no concelho de Palmela.

Cumprimo-nos ainda referir, que lamentavelmente, e mais uma vez, a JSD Palmela enquanto oposição ao actual executivo municipal, apercebeu-se da importância que o tema tem para a população jovem, mais cedo que a já esgotada CDU, que teima em adoptar uma postura “autista” e a não aceitar qualquer proposta, ainda que construtiva, que sirva os interesses da população, proveniente de estruturas partidárias da oposição.

Pela nossa parte, manifestamos o propósito de continuar a defender intransigentemente os interesses dos jovens do Concelho. - CPS/JSD-Palmela

Comunicado dos trabalhadores da Direcção Regional da Economia do Centro

Vêm os trabalhadores da Direcção Regional da Economia do Centro (DRE-C) informar que está agendada para a próxima segunda feira, dia 16 de Fevereiro, no período da manhã, uma greve motivada pela eventual transferência da sede da DRE-C para Aveiro.

Não podemos deixar de aproveitar o ensejo para manifestar a nossa indignação relativamente à decisão de mudança já tomada em reunião de Conselho de Ministros do passado dia 21 de Janeiro.

Desde logo porque até à data, não foram transmitidos os motivos ou fundamentos que estão na base dessa decisão e também porque é para nós claro e evidente que a mesma acarretará inúmeras desvantagens económicas, financeiras e sociais para a Região Centro, em particular, e para o País em geral, das quais sucintamente destacamos:

É irrefutável o posicionamento geoestratégico que Coimbra assume na região centro;
Aveiro é um distrito não pertencente, no seu todo, à área geográfica de actuação desta DRE;
O distrito de Aveiro é periférico na área de actuação desta DRE, que corresponde à NUT II;
O distrito de Aveiro abrangido pelas diferentes áreas de actuação desta Direcção Regional (Indústria, Recursos Geológicos, Energia, Metrologia, Qualificação, Comércio e Serviços) tem, no conjunto destas diferentes áreas, um peso de apenas cerca de 20% do total da actividade desta DRE;
É ainda inegável que esta decisão implicará avultados encargos para o erário público, especialmente relevantes no contexto da crise económica: custos financeiros com as novas instalações, custos socio-económicos e financeiros com a transferência de meios físicos e humanos, bem como custos diários de exploração acrescidos,
Os custos acrescidos (de deslocação e de contexto) para a grande maioria dos utentes (80%) desta DRE, sempre que, a ela, necessitem de se deslocar, o que evidencia mais uma vez a tendência do favorecimento da faixa litoral em detrimento do interior do país

Na expectativa de ainda estarmos a tempo de impedir a “destruição” de um serviço público de qualidade, o primeiro que obteve a certificação de acordo com a Norma ISO 9001-2000, e convictos que as razões por ora invocadas justificam a nossa luta apelamos, por um lado, à compreensão dos possíveis transtornos que aquela greve poderá causar, mas também à participação de todos nesta causa na medida do possível e na forma que tiverem por mais conveniente.

Bem hajam pelo que quiserem fazer em prol dos que representam e a quem esta possível transferência irá afectar.

Os trabalhadores da DRE-Centro



Convocatórias

Assunto: Convocatórias PSD - Povo Livre

Como é do seu conhecimento, todas as convocatórias do PSD têm de ser recebidas pelos serviços até às 12h00 de cada terça-feira para que possam ser publicadas no Povo Livre, que sai às quartas-feiras.

As convocatórias para publicação têm sido enviadas para diversos email's e vários n.ºs de fax da Sede Nacional, bem como por correio, prejudicando a eficiência dos serviços.

Por esse motivo, com o intuito de normalizar os procedimentos e melhorar a articulação com as estruturas do distritais e concelhias, venho por este meio informar que todas as convocatórias devem ser enviadas por email para:

convocatorias@psd.pt, ou para o n.º de fax 213973168 (Serviços de Implantação e Ficheiros), devendo ser sempre assinadas e enviadas pelos Presidentes de Mesa, salvo as excepções previstas nos Estatutos.



ALCABIDECHE - NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Alcabideche, para reunir no próximo dia 25 de Março de 2009, (quarta-feira) pelas 19h00, na Sede concelhia, sita no Largo da Estação, em Cascais, com a seguinte

Ordem de Trabalho:
Ponto único - Eleição da Comissão Política de Núcleo
Nota:
As listas candidatas devem ser apre-

sentadas ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do PSD de Cascais, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 19h00 às 22h00.

ALFENA - NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Alfena, para reunir no próximo dia 06 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00, no Centro Cultural de Alfena, sito na Rua São Vicente, com a seguinte

Ordem de Trabalho
1 – Informações
2 – Análise da situação política local e nacional

ÁREA OESTE

NOTA: Alteração à Convocatória

publicada no dia 4 de Fevereiro

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste, para reunir no próximo dia 25 de Fevereiro de 2009, (quarta-feira) pelas 21h00, na sala Polivalente da Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço, com a seguinte

Ordem de Trabalho
1 – Informações
2 – Discussão e aprovação das Contas de 2008
3 – Outros assuntos de interesse

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Odivelas, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sala Polivalente da Biblioteca Municipal D. Dinis, sita na Rua Guilherme Gomes Fernandes (Fim), com

a seguinte

Ordem de Trabalho
1 – Aprovação das Contas de 2008 e do Orçamento de 2009
2 – Análise da situação política com o candidato à presidência da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hernâni de Carvalho.

PAREDE - NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Parede, para reunir no próximo dia 27 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 20h00, na Sede do PSD de Carcavelos, sita na Rua Jogo da Bola, em Cascais, com a seguinte

Ordem de Trabalho:
Ponto único - Eleição para os órgãos do Núcleo
Nota:
As listas candidatas devem ser apre-



sentadas ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 20h00 às 23h00.

SÃO PAULO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de São Paulo - Brasil, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 16h00, no edifício da sede da Casa de Portugal, sito na Av. da Liberdade, 602 - 3º Pav. - São Paulo, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Prestação de contas do exercício de 2008

2 - Análise da situação político - partidária

SECÇÃO - A / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção - A, para reunir no próximo dia 25 de Fevereiro de 2009, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Rua República da Bolívia, nº 53 - 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Análise da situação política/económica

2 - Aprovação das contas referentes ao ano de 2008

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Novas, para reunir no próximo dia 06 de Março de 2009, (sábado) pelas 21h00, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Leitura, discussão e votação da acta da assembleia anterior

2 - Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2008

3 - Apresentação, discussão e votação do Plano e Orçamento de 2009

4 - Análise da situação política



RECTIFICAÇÃO

No Povo Livre de 28 de Janeiro de 2009, foi publicada uma convocatória do Distrito de Leiria, que por lapso se intitulava de Leiria, e não Porto de Mós, assim sendo publicamos correctamente a convocatória eleitoral para a CPS/JSD Porto de Mós.

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Eleitoral da Secção de Porto de Mós, para o dia 28 de Fevereiro de 2009, pelas 18 horas, na Sede Concelhia da JSD, em Porto de Mós, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa do Plenário e da

Comissão Política de Secção.

Notas:

1 - As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital de Leiria, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2 - As urnas estarão abertas das 18h30 às 19h30.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD

(João Pedro Ferreira)

CELORICO DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Celorico da Beira, para reunir no próximo dia 21 de Março de 2009, pelas 17 horas, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Celorico da Beira.

2 - Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Celorico da Beira.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 17 horas e as 18h30, em sistema de urna fechada. As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Nelson Costa)

GOUVEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Gouveia, para reunir no próximo dia 21 de Março de 2009, pelas 20h30, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Gouveia.

2 - Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Gouveia.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 20h30 e as 22 horas, em sistema de urna fechada. As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD.

A Presidente da Mesa de Plenário (Mariana Oliveira)

ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS DISTRITAIS DA GUARDA

Secção	Dia	Local	Hora
Aguar da Beira	21/03/2009	Sede do PSD - Lg. Dos Monumentos	19h00/20h00
Almeida	20/03/2009	Sede do PSD - Vilar Formoso	21h00/22h30
Celorico da Beira	21/03/2009	Sede do PSD - Celorico da Beira	17h00/18h30
Figueira de Castelo Rodrigo	21/03/2009	Salão da Junta de Freguesia de Fig. de C. Rodrigo - Rua Sta. Maria de Aguiar	21h00/22h30
Fornos de Algodres	21/03/2009	Sede do PSD - Rua do Espírito Santo, n.º 2	21h00/22h30
Gouveia	21/03/2009	Sede do PSD - Gouveia	20h30/22h00
Guarda	20/03/2009	Sede do PSD - Rua Marquês Pombal, n.º 49 - 1.º	21h00/22h30
Manteigas	20/03/2009	Sede do PSD - Lg. Dr. João Isabel	21h00/23h00
Mêda	21/03/2009	Sede do PSD - Mêda	17h00/20h00
Pinhel	21/03/2009	Casa do Povo de Pinhel	19h00/20h00
Sabugal	21/03/2009	Sede do PSD	21h00/22h30
Seia	21/03/2009	Sede do PSD	19h00/21h00
V. N. Foz Côa	21/03/2009	Sede do PSD	18h00/20h00

a) As listas devem ser entregues nas respectivas Sedes Concelhias, ao Presidente da Mesa do Plenário respectivo ou a quem o possa estatutariamente substituir. Entrega das listas em duplicado, segundo os Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Guarda
(Nelson Costa)

CONSELHO DISTRITAL ELEITORAL DA JSD GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital Eleitoral da JSD/Guarda, para uma reunião a realizar no próximo dia 28 de Março de 2009 (Sábado), pelas 15 horas, no Auditório do Centro Cultural de Aguiar da Beira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Apresentação e discussão de Moções de Estratégia;

2 - Eleição da Mesa do Conselho Distrital, da Comissão Política Distrital e dos delegados da JSD à Assembleia Distrital do PSD.

3 - Tomada de posse dos novos órgãos.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital da Guarda ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do PSD Guarda até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 16 horas às 20 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Guarda
(Nelson Costa)

NÚCLEO DA ARRIFANA - STA. MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se Plenário de Núcleo Residencial da JSD de Arrifana - Santa Maria da Feira, para reunir no dia 28 de Março de 2009, pelas 14 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Professor Vicente Reis, Edifício Ginita, Loja C, na Freguesia de Arrifana, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial de Arrifana - Sta. Maria da Feira.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 14 horas e as 15 horas, e as listas candidatas deverão ser entregues até ao dia 25 de Março de 2009, pelas 21 horas, na Sede Concelhia em Santa Maria da Feira.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção de Sta. Maria da Feira
(Rufino Ferreira)

JSD/ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de JSD/Alijó, para reunir no próximo dia 20 de Março de 2009, pelas 21.30, na sede do PSD/Alijó, sita na Rua da Costinha 2, no concelho de Alijó, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD/Alijó.

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de uma hora, das 21.30 às 22.30.

- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso, ou quem estatutariamente o substitua, na Sede do PSD Alijó, sita na Rua da Costinha 2, no concelho de Alijó, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa do Congresso
(Daniel Figueiro)

JSD/BOTICAS



Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de JSD/Boticas, para reunir no próximo dia 20 de Março de 2009, pelas 21.30, na sede do PSD/Boticas, sita na Rua do Município, no concelho de Boticas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD/Boticas.

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de uma hora, das 21.30 às 22.30.
- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso, ou quem estatutariamente o substitua, na Sede do PSD Boticas, sita na Rua do Município no concelho de Boticas, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa do Congresso (Daniel Fangueiro)

JSD/MONTELEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de JSD/Montalegre, para reunir no próximo dia 20 de Março de 2009, pelas 21.30, na sede do PSD/Montalegre, sita no Largo do Pelourinho 2, no concelho de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD/Montalegre.

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de uma hora, das 21.30 às 22.30.
- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso, ou quem estatutariamente o substitua, na Sede do PSD Montalegre, sita no Largo do Pelourinho 2, no concelho de Montalegre, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa do Congresso (Daniel Fangueiro)

JSD/MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de JSD/Murça, para reunir no próximo dia 20 de Março de 2009, pelas 21.30, na sede do PSD/Murça, sita na Rua Dr. Manuel Morais Fonseca, no concelho de Murça, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD/Murça.

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de uma hora, das 21.30 às 22.30.
- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso, ou quem estatutariamente o substitua, na Sede do PSD Murça, sita na Rua Dr. Manuel Morais Fonseca no concelho de

Murça, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa do Congresso (Daniel Fangueiro)

JSD/SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de JSD/Santa Marta de Penaguião, para reunir no próximo dia 20 de Março de 2009, pelas 21.30, na sede do PSD/Santa Marta de Penaguião, sita em Lugar das Pedras – Sever no concelho de Santa Marta de Penaguião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD/Santa Marta de Penaguião.

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de uma hora, das 21.30 às 22.30.
- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso, ou quem estatutariamente o substitua, na Sede do PSD Santa Marta de Penaguião, sita em Lugar das Pedras, no concelho de Santa Marta de Penaguião, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa do Congresso (Daniel Fangueiro)

CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convocam-se todos os Conselheiros para o Conselho Distrital, a realizar dia 22 de Março de 2009, pelas 16h00m, na sede da JSD Distrital, sita na Rua do Pina, nº6, em Castelo Branco com a seguinte

- Eleição do Representante do Distrito de Castelo Branco no Conselho de Jurisdição de 1ª Instância.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato (máximo de 1 efectivo e respectivo suplente neste caso);

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

5 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Castelo Branco;

8 - As urnas estarão abertas das 16h30m às 18h00m.

A Mesa do Conselho Distrital (Elsa Marmelo)
Por lapso dos serviços apenas agora se publica esta convocatória

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário Extraordinário da Secção do Barreiro, para o próximo dia 22 de Fevereiro de 2009, pelas 20 horas, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua Dom João de Castro, n.º 2 D, na Quinta da Lomba, Freguesia de Santo André, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário de Secção.

Notas:

1 – A votação decorrerá das 20h00 às 22 horas.

2 – As listas terão que ser entregues até às 24h do terceiro dia anterior na Sede Concelhia do Barreiro.

Pela Mesa do Conselho Distrital de Setúbal

O Presidente,
(David Campos)

FIGUEIRA CASTELO RODRIGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Eleitoral da JSD de Figueira de Castelo Rodrigo, para reunir no próximo dia 21 de Março de 2009, pelas 19 horas, no Salão da Junta de Freguesia de Figueira Castelo Rodrigo, sita na Rua de Santa Maria de Aguiar, Vila de Figueira de Castelo Rodrigo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Figueira de Castelo Rodrigo;

2 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Figueira de Castelo Rodrigo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado ao Presidente do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Avenida Heróis de Castelo Rodrigo, n.º 16, rés-do-chão – Dto., em Figueira de Castelo Rodrigo, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 19h00 às 21 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção da JSD/Figueira Castelo Rodrigo (Ricardo Miguel Moutinho Farinha)

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção de Setúbal para reunir no dia 27 de Fevereiro de 2009, pelas 21h00 na Sede do PSD – Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23 – 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

- Aprovação do relatório de Contas de 2008;

- Aprovação do orçamento para

2009;

- Informações / Análise da Situação Política;

- Ponto temático “Turismo – Desenvolvimento sustentável”

O Presidente da Mesa de Secção (André Soares)